



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho



CEGeT
Centro de Estudos de
Geografia do Trabalho
Laboratório

NEI ORZEKOVSKI

**RELAÇÕES DE TRABALHO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO (PR):
CONTRADIÇÕES DE CLASSE E DESAFIOS ANALÍTICOS**

LABOUR RELATIONS IN ASSENTAMENTO CONTESTADO(PR): Contradictions CLASS
AND ANALYTICAL CHALLENGES

Presidente Prudente
Fevereiro 2014

NEI ORZEKOVSKI

**RELAÇÕES DE TRABALHO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO (PR):
CONTRADIÇÕES DE CLASSE E DESAFIOS ANALÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de pesquisa: Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

Presidente Prudente,
Fevereiro 2014

Orzekovski, Nei

Relações de Trabalho no Assentamento Contestado. (PR)
Contradições de Classe e Desafios analíticos. Nei Orzekovski – Presidente
Prudente: {s.n}, 2013. Páginas.

Orientador: Antonio Thomaz Júnior
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade
de Ciências e Tecnologia.
Inclui bibliografia

1. Trabalho. 2. Camponês. 3. Classe Trabalhadora. 4. Luta de Classes
I. Thomaz Junior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

NEI ORZEKOVSKI

RELAÇÕES DE TRABALHO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO (PR): CONTRADIÇÕES DE CLASSE E DESAFIOS ANALÍTICOS

Dissertação para obtenção do título de mestre pela Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
Presidente da Banca – Orientador
(Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP/Presidente Prudente)

Profª. Dra. Maria Orlanda Pinassi
(Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Araraquara)
1º Examinador

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano
(Pós-Doutorando/PPG-Geografia/Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP)
2º Examinador

Presidente Prudente,
fevereiro de 2014

DEDICATÓRIA

À classe trabalhadora;
à todos e todas que continuam lutando e acreditando em uma sociedade socialista.

AGRADECIMENTOS

Ao Gabriel, pelo seu carinho.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por ser meu grande educador. Aos militantes Sem Terra, por fazerem a luta com coragem e gentileza.

Ao estimado companheiro, amigo e orientador Antonio Thomaz Junior, pela motivação. E a todos os educadores e educadoras que contribuíram com esse processo de formação, reflexão e convicção.

Aos companheiros e companheiras de turma pela amizade e motivação.

A professora Josefa Babinski, que me ensinou a disciplina e me despertou a rebeldia.

EPIGRAMA

LIBERDADE
Carlos Marighella

Não ficarei tão só no campo da arte,
E, ânimo firme, sobranceiro e forte,
Tudo farei por ti para exaltar-te,
Serenamente, alheio à própria sorte.

Para que eu possa um dia contemplar-te
Dominadora, em férvido transporte,
Direi que és bela e pura em toda parte,
Por maior risco em que essa audácia importe.

Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
Que não exista força humana alguma
Que esta paixão embriagadora dorme.

E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
Morrer sorrindo a murmurar teu nome.

RESUMO

O capitalismo se desenvolveu e se fortaleceu no campo de forma rápida e complexa na década de 2000. Esse processo é essencial para entendermos as mudanças que o campo vivencia principalmente as relacionadas com as disputas entre a agricultura camponesa e o agrohidronegócio. Esse processo de enfrentamentos trouxe também mudanças na luta pela terra, que afetaram principalmente os trabalhadores envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária. O agrohidronegócio foi consolidando-se como hegemônico no campo, enquanto a luta pela terra e na terra entrou em crise.

A crise do modo de vida camponês intensificou-se, pois suas formas de trabalho e de vida enfrentam novos e grandes desafios, já que estão subsumidos às formas de vida impostas pela lógica do capital.

É visível essa contradição no Assentamento Contestado, pois os Sem Terra camponeses enfrentam problemas sérios na geração de renda e insistem em permanecer no campo. Também existem aqueles que buscam renda com o trabalho assalariado fora do assentamento, perdendo assim sua identidade camponesa. Essa relação entre o Sem Terra camponês e o Sem Terra assalariado traz elementos para refletirmos o futuro e a natureza do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O problema central continua em aberto e nos questionamos se esse processo proletariza os camponeses, entre eles os Sem Terra mobilizados pelo MST? Ou poderíamos pensar num processo crescente de esvaziamento dos assentamentos no Sul do Paraná, principalmente no Assentamento Contestado, objeto dessa investigação?

Essas mudanças resignificam também o caráter da luta de classes no campo, e novos desafios se colocam às organizações sociais que lutam e resistem historicamente. Esse processo altera a forma de organização política, as linhas estratégicas, as ações concretas de luta realizada historicamente pelo MST?

Com base nessas preocupações, o presente trabalho é resultado de uma pesquisa que se desenrolou tanto pela vida bem como com um levantamento bibliográfico, leituras, quanto de ações diretas, empíricas, junto aos camponeses do Assentamento Contestado, no município da Lapa – PR.

Palavras chave: Trabalho, trabalho camponês, trabalho assalariado e classe trabalhadora.

RESUMEN

El capitalismo se desarrolló y fortaleció en el campo de forma rápida y compleja en la década de 2000. Este proceso es esencial para entender los cambios que el campo experimenta, principalmente los relacionados con las enfrentamientos entre la agricultura campesina y el *agrohidronegocio*. Este proceso propició también que la lucha por la tierra cambiase y con ella los trabajadores rurales que luchan por reforma agraria. El *agrohidronegocio* se tornó hegemónico en el campo mientras la lucha por tierra cayó en una crisis.

La crisis del modo de vida campesino se intensificó, pues las formas de trabajo y vida enfrentan hoy nuevos y grandes desafíos, ya que este modo se encuentra subsumido a la forma de vida impuesta por la lógica del capital.

Esa contradicción es evidente en el asentamiento rural Contestado, donde los campesinos Sin Tierra enfrentan graves problemas en la generación de renta pero aun así permanecen no campo. También existen aquellos que buscan una renta a partir del trabajo asalariado fuera del asentamiento, perdiendo de esta forma su identidad campesina. Esta relación entre el campesino Sin Tierra y el trabajador asalariado Sin Tierra nos coloca delante de una reflexión necesaria: el futuro y la naturaleza del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST. El problema central continua abierto y la pregunta continua: será que ese proceso proletariza a los campesinos, entre ellos los Sin Tierra organizados por el MST? O podríamos pensar en un proceso creciente de abandono de los asentamientos en el Sur del estado de Paraná, principalmente en el asentamiento Contestado, objeto de esta investigación.

Esos cambios dan un nuevo significado al carácter de la lucha de clases en el campo y nuevos desafíos son planteados para las organizaciones sociales que luchan y resisten históricamente. Ese proceso altera la forma de organización política, las líneas estratégicas, las acciones concreta de la lucha realizada históricamente por el MST?

Con base en estas preocupaciones, el trabajo que presentamos a seguir es el resultado de un proceso de investigación que se desarrolló tanto por medio del vaciamiento bibliográfico y lecturas temáticas, como de la acción directa, empírica, con los campesinos del asentamiento Contestado, en el municipio de Lapa, Paraná.

Palabras – clave: Trabajo, Trabajo campesino, Trabajo asalariado, Clase trabajadora

ABSTRACT

Capitalism developed and strengthened in the field quickly and complex in the 2000s . This process is essential to understand the changes that the field experience , mainly those related to clashes between peasant agriculture and agrohidronegocio . This process also led the struggle for land and changed her rural workers struggling for land reform. The agrohidronegocio become hegemonic in the field while the struggle for land fell into a crisis.

The crisis of the peasant way of life intensified, because the forms of work and life today face major new challenges, as this mode is subsumed to the lifestyle imposed by the logic of capital.

This contradiction is evident in the rural settlement Replied where landless peasants face serious problems in generating income but still remain not field . There are also those who seek an income from wage labor jurisdiction of the settlement, thus losing its rural identity . This relationship between landless peasants and landless wage worker puts us ahead of a necessary reflection : the future and the nature of the Movement of Landless Rural Workers - MST. The central problem remains open and ongoing question: will this process proletarianizes the campesino , including landless organized by the MST ? Or we could think of a growing process of abandonment of settlements in southern Parana state , mainly in the settlement Contestado under investigation .

These changes give new meaning to the character of the class struggle in the countryside and new challenges are raised for social organizations who struggle and resist historically . This process alters the form of political organization , the strategies , the specific actions of the struggle historically by the MST ?

Based on these concerns , the work that we present below is the result of a research process that developed both through literature and thematic readings emptying as direct action, empirical, with farmers Answered settlement in town of Lapa, Paraná.

Keywords - labor, peasant labor, wage labor, working class .

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Associação dos professores do Paraná
BRIC	BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China
CCA	Cooperativa Central dos Assentados
CEGeT	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CETAS	Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais
ELAA	Escola Latina Americana de Agroecologia
SEM	Escola Milton Santos
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária
PAA	Programa de aquisição de Alimentos
PAC	Políticas Agrícolas Comunitárias - União Europeia
PNAE	Programa Nacional de alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação e reforma Agrária
SEMA	Secretária Estadual do Meio ambiente
SAF	Sistemas Agroflorestais
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
OMC	Organização Mundial do Comércio
OCS	Organismo de Controle Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO	15
a) Trajetória de militância política: a práxis investigativa	15
b) Concepção teórico-metodológica da investigação	20
c) Procedimentos da investigação	21
CAPÍTULO 1 – O ASSENTAMENTO RURAL CONTESTADO: TERRITÓRIO EM DISPUTA E EM CONSTRUÇÃO	25
	26
1.1 – A organização coletiva da comunidade: possibilidade de construção de experiência de resistência à lógica capitalista	
1.2 – O Assentamento Contestado e a organização espacial do MST	26
1.3 – A organização da produção e do trabalho no Assentamento Contestado: associativismo e cooperativismo no campo	29
1.4 – Agricultura convencional e os limites da construção de uma proposta de agroecologia para o Assentamento Contestado	33
1.5 – O Programa de Aquisição de Alimentos no Assentamento Contestado: diversificação da produção e garantia de mercado	38
1.6 – Organizações dos trabalhadores e acesso às diferentes dimensões educativas da luta pela e na terra	39
1.6.1 – O acesso à Escola Pública no Assentamento Contestado	40
1.6.2 – Proposta educativa diferenciada: a Escola Latina Americana – ELAA – no assentamento Contestado	43
1.7 – Outros espaços de organização e aprendizado no assentamento: as noites culturais de integração latino-americana	45
CAPÍTULO 2 – EXPRESSÕES DO TRABALHO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS E AS CONTRADIÇÕES ATUAIS	48
	48
2.1 – Formas históricas do trabalho e a sua complexidade atual nos territórios da Luta pela Terra	
2.2 – Assentados da Luta pela Terra: Desafios e perspectivas.	53
2.3 – Fundamentos teóricos sobre o campesinato na obra de Marx	59
2.4 – Campesinistas e descampesinistas	65
2.4.1 – A contribuição de Lenin e Chayanov nos estudos sobre o campesinato	66
2.4.2 – Os aportes ao estudo do campesinato de Shanin	70
2.4.3 – A "leitura" de Enest Feder sobre o campesinato americano	72
2.5 – Considerações atuais a partir da realidade vivenciada nos assentamentos rurais oriundos da Luta pela Terra	74
CAPÍTULO 3. CAMPONESES E TRABALHADORES ASSALARIADOS NO ASSENTAMENTO CONTESTADO: CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DA VIDA	78
	79
3.1 – Fontes de renda e trabalho no Assentamento Contestado: desafios para a juventude rural	

3.2 – Renda da terra e assalariamento no Assentamento Contestado	83
3.3 – Outras fontes de renda no Assentamento Contestado: Programas Sociais e Políticas Públicas	85
CAPÍTULO 4. ASSENTAMENTOS RURAIS E REFORMA AGRÁRIA: EMBATES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	87
4.1 – Capitalismo Agrário e Campesinato	87
4.2 – As influências externas no campesinato brasileiro	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

A escolha do tema dessa dissertação de mestrado "Relações de Trabalho no Assentamento Contestado (PR): Contradições de Classe e Desafios Analíticos" vem da prática militante e da preocupação com o esvaziamento dos assentamentos no sul do Paraná, principalmente o Assentamento Contestado, objeto dessa investigação. O esvaziamento dos assentamentos rurais de Reforma Agrária trouxe, em grande medida, as inquietações, indagações e reflexões que se expressam no corpo deste trabalho. Partindo da prática reflexiva e militante, a necessidade de aprofundamento teórico tornou-se cada vez mais provocante e desafiadora. É sobre esta práxis a qual se fundamenta esta investigação.

O objetivo central da pesquisa foi encontrar as mediações do trabalho camponês e do trabalho assalariado no Assentamento Contestado e se esse processo influencia na proletarização dos Sem Terra, partindo da hipótese que é o assalariamento rural atrelado à expansão do agronegócio na região, que provoca a desistência das famílias assentadas e, conseqüentemente, o esvaziamento desses territórios. Esse estudo envolve, sem dúvida, o debate sobre o que alguns autores designam como novo camponês, recamponização a partir da luta pela terra e assalariamento no campo. Esses são temas acadêmicos e políticos que contribuem para delinear a posição política e ideológica da pesquisa.

Mas o tema sobre a proletarização dos assentados rurais do MST, ou seja, o assalariamento dos trabalhadores Sem Terra que trabalham e vivem nos assentamentos, de fato, precisa ser aprofundado, tanto internamente nos debates das organizações camponesas, quanto nas Universidades através da pesquisa. É preciso um olhar e uma análise realizada com muita responsabilidade e compromisso político. Esse assunto não pode cair nas mãos de “aventureiros”, precisa ser aprofundado com pesquisadores sérios, pois é um tema de grande importância e impacto.

O desenvolver da pesquisa foi marcado por: a) um estudo bibliográfico, de autores que em seu tempo e sua conjuntura elaboraram análises profundas que influenciam autores contemporâneos, autores que continuam presentes nos debates atuais; b) realização de entrevistas com a coordenação dos núcleos de base do Assentamento Contestado, envolvidos na construção das experiências nos 15 anos de história; c) e também a atuação militante nos marcos da pesquisa.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, acompanhados primeiramente

de uma introdução metodológica, denominada Referências Metodológicas da investigação, e finalmente das Considerações Finais da investigação. Nas Referências Metodológicas da Investigação nos referimos à descrição dos pressupostos que permearam a pesquisa, a partir de uma reflexão sobre a trajetória militante e como o objetivo deste trabalho foi se construindo ao longo de uma determinada práxis. Também traçamos elementos centrais a respeito da concepção metodológica que permeou a investigação, assim como a retomada dos objetivos geral e específicos, os procedimentos da investigação e a construção dos resultados aqui sistematizados.

O primeiro capítulo denominado “O Assentamento Rural de Reforma Agrária “Contestado”: Território em disputa e em construção, traz algumas informações e contradições enfrentadas no cotidiano dos trabalhadores Sem Terra, principalmente relacionados com a produção, a educação e a organização do assentamento. Esse processo está diretamente ligado às relações de trabalho no campo, e como esses fatores influenciam o modo de pensar das pessoas.

Relatamos e refletimos sobre o cotidiano do Assentamento Contestado, as formas de produção e discussão em torno da agroecologia, da cooperativa, das formas de organização e comercialização da produção, também refletimos o processo de educação existente nesse território, como o processo educacional influencia a convivência dos valores socialistas, ou talvez, o embrião desses valores. A educação no Contestado sempre foi prioridade talvez por esse motivo seja um dos poucos assentamentos que funciona desde a Ciranda Infantil até a graduação no Curso de Tecnólogo em Agroecologia.

No segundo capítulo vamos refletir sobre as Formas Históricas do Trabalho nos Assentamentos Rurais: determinações e contradições atuais. Como entender as contradições da realidade de forma profunda, condição importante para compreender os sujeitos que estão em movimento, em luta por dignidade nos campos e nas cidades.

Nossa reflexão vem embasada em vários autores clássicos e contemporâneos, mas sempre tomando o cuidado de não transpor conceitos históricos para a atualidade, a intenção é interpretar a realidade com suas contradições atuais relacionando a prática com a teoria.

No terceiro capítulo vamos discutir sobre a luta dos Camponeses e Trabalhadores Assalariados no Assentamento Contestado: Condições de vida e reprodução. Discussão bastante difícil de fazer, mas estratégica para os trabalhadores Sem Terra e que de certa forma influencia o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra,

principalmente porque mais da metade destes camponeses para sobreviverem precisam se assalariar, vender sua força de trabalho no meio urbano.

Nesse capítulo refletimos um pouco sobre o esvaziamento do assentamento visto que, a juventude deixa de trabalhar na unidade de produção familiar e busca trabalho e lazer fora do assentamento. Esse processo traz mudanças no modo de vida e na cultura camponesa, claramente percebida durante a pesquisa. Processo esse que traz contradições profundas na forma de organizar a comunidade.

E por último no capítulo IV discutimos como os Assentamentos e a Reforma Agrária fazem os embates com o capitalismo contemporâneo. Importante destacar o papel da união européia como mecanismo criado pelo capitalismo para abrir as “portelas” para se consolidar a lógica do capital no campo brasileiro, como também essas políticas influenciam a lógica da produção camponesa capitalista.

Apresentamos também algumas considerações finais, com o objetivo de iniciar ou continuar debatendo questões importantes, mas que no conjunto do MST e dos movimentos populares não aparecem como mereciam. Importante destacar que essa pesquisa apenas abriu algumas portas para o conhecimento científico e merece aprofundar o estudo e as reflexões.

REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS DE INVESTIGAÇÃO

Para apresentar as reflexões a partir dos estudos e da pesquisa sentimos a necessidade de apontar alguns pressupostos que permearam e acompanharam as primeiras inquietações relacionadas ao tema. Inicialmente é importante considerar que não existe neutralidade e/ou imparcialidade científica no ato da pesquisa, em especial quando se trata das ciências humanas. Qualquer prática humana se fundamenta em uma base material, política e ideológica, seja ela dominante ou crítica. Existe um papel fundamental para a “investigação militante”, de forma que a teoria e prática são construídas através de uma práxis com a finalidade de contribuir na construção de sujeitos históricos e processos coletivos que visem à transformação social. Neste contexto e nessa perspectiva que me desafiei em estudar e pesquisar esse tema, tão importante para o futuro político de muitas organizações. Por estar inserido nesse processo, o desafio é ainda maior, pois aumenta a responsabilidade política em entender essa realidade, buscar mediações e contribuir para a vitória dos trabalhadores na história.

Assim, as referências metodológicas da investigação estão constituídas na trajetória de militância política, a práxis investigativa em resolver os diversos problemas que surgem na realidade cotidiana dos assentamentos, e na concepção teórico-metodológica da investigação, que se baseia no materialismo histórico dialético.

Importante destacar nesse processo de pesquisar as Relações de Trabalho, o CEGET foi fundamental, pois trouxe elementos novos e me desafiaram a repensar vários conceitos que carregava como prontos e acabados. Dialogar com outras formas de pensar nos traz novas contradições que se transformam em desafios e em novos conhecimentos contribuindo para melhorar nossa práxis militante.

a) Trajetória de Militância Política: a práxis investigativa

Realizar uma pesquisa, seja ela qual for, obedece sempre a um conjunto de condicionantes que determinam as características da mesma buscando atingir os objetivos propostos. Não é possível ser neutro na pesquisa, esse argumento construído pela classe dominante, jamais deve ser aceito pela concepção de mundo que buscamos, especialmente quando abordamos as ciências humanas e sociais.

A importância de explicitar a trajetória militante ajuda a entender o porquê do tema escolhido para a pesquisa e estudo, pois, bem antes de ser militante e estudar o tema, a preocupação com os trabalhadores do campo esteve presente. Família grande, camponesa e pouca terra, era a minha realidade desde criança.

O trabalho camponês e o trabalho assalariado eram comuns na família e na comunidade. Portanto, o que ocorreu nessa nesse período foi o abandono do campo, um esvaziamento em massa, o fim da comunidade, escolas fechadas, campo de futebol virou matagal, igrejas com poucas pessoas e muito saudosismo do modo de vida camponês. As poucas famílias que viviam nessa comunidade se tornaram médios produtores, porque capitalizados foram comprando as terras das famílias mais pobres.

Esse processo se deu a partir dos anos 1980, alguns destes camponeses aumentaram as filas da luta pela terra, foram para acampamentos, outros foram para as cidades, sonhando com uma vida menos sofrida e com mais dignidade. Hoje o filme continua, a realidade mostra que está se repetindo, parece um replay.

A motivação nos assentamentos são as novidades, a reconstrução das escolas, das igrejas com a diversidade religiosa existente, dos campos de futebol, da tentativa de recuperar parte do modo de vida camponês. Esse processo é animador e nos motiva a continuar lutando, sonhando que o campo pode ser sim o lugar de viver melhor. Porém, “não devemos” os assentamentos mais velhos, desanimar e fugir da luta, apesar desse esvaziamento, ser parecido com o ocorrido na comunidade que me criei, através de lutas e resistência das famílias Sem Terra.

Portanto, minha trajetória militante é meu compromisso pessoal, minha vida. A preocupação com o processo de trabalho e com a dignidade das pessoas surgiu a partir do momento que busquei conhecimento para entender a realidade dos camponeses, isso ocorreu no início dos anos 1990, quando saí da roça, fui estudar no Seminário e encontrei no MST em 1995 o caminho das ações para materializar os sonhos construídos nesse processo de conhecimento e compromisso. Importante destacar que sou o único dos 11 filhos de João e Maria Lurdes Orzekovski que saí da roça para estudar, os outros saíram e foram trabalhar, alguns voltaram, outros criaram raízes e vivem nas cidades. Somente agora, depois dos 30 anos, uma das minhas irmãs voltou a estudar e está concluindo o curso de Licenciatura em Educação do Campo.

No MST construí minha trajetória militante em vários setores, mas principalmente no setor de formação - tarefa subjetiva - além de focar a formação da consciência, formar novos seres humanos capazes de pensar e transformar os locais

onde vivem e manter a mística de construir uma sociedade socialista, embora pareça uma utopia, tem um sentido importante, pois contribui para nosso caminhar.

Na minha militância, sempre gostei de assumir os desafios mais difíceis, locais e tarefas que exigem conhecer e interpretar a realidade com os pés no chão, nunca concordei com privilégios e com “as mentes brilhantes” de alguns que querem dar respostas para o povo, longe dele, compreendo que se não for com o povo, não haverá mudanças em lugar nenhum.

Minha personalidade e minha experiência mostram que gosto de enfrentar desafios importantes, desde que me desloquei de Bituruna (Sul do Paraná), para Goiás a fim de coordenar os cursos Latinos na Escola Nacional Florestan Fernandes. Hoje meu desafio é ainda maior, pois dedico meus estudos sobre os sujeitos Sem Terra e o processo de proletarianização dos trabalhadores camponeses, protagonistas de uma das principais organizações camponesas do mundo. Minha preocupação continua a mesma desde criança, contribuir para que os camponeses continuem sobrevivendo com dignidade e respeito, em um momento histórico onde a lógica do capital destrói valores e culturas dos povos.

As inquietudes de como desenvolver atividades políticas e pedagógicas para o avanço da consciência política da classe trabalhadora organizada, discutindo as relações de trabalho no assentamento Contestado, suscitaram a necessidade de realizar o estudo de autores que discutiram e vivenciaram em suas práticas políticas. Nestes estudos, aos poucos se descobriu diferentes visões, mais claras, inclusive as próprias perguntas a serem feitas nesse movimento dialético de distanciamento e aproximação entre prática, teoria e prática. A leitura de autores clássicos como Marx, Lênin, Kautski, Georgy Lukács, de autores contemporâneos como Mézáros, Antunes, Pinassi, Alves, Oliveira, Thomaz Junior, as análises feitas por Stédile e Bogo, intelectuais orgânicos do próprio MST, contribuiu para clarear ou problematizar algumas das inquietações sobre o tema.

Paralelamente a estas atividades, participamos como educandos em outros cursos de formação organizados pelo MST (com ou sem parceria de outras instituições e outras organizações sociais). Por exemplo, o Curso de Formação de Formadores; Curso de Formação de Professores de Filosofia e Economia Política (parceria MST/UFJF); Curso de Especialização e Estudos Latino-americanos (ENFF/UFJF); Curso de Teorias Sociais e Produção de Conhecimento (ENFF/UFRJ); Curso, "Estudo sistemático para a leitura da obra de Marx"; e, atualmente, o Curso de Mestrado em Geografia (UNESP/Presidente Prudente).

Esta relação entre a prática e o estudo (pesquisa) foi de certa forma, consolidando uma concepção sobre o tema estudado no mestrado com a intenção de continuar estudando o método em Marx, pois percebia que o discurso é um e a prática é outra nas organizações. Como a partir de método de Marx poderíamos aproximar ou encontrar mediações entre realidade e visão de mundo, concepção e como se materializa os objetivos na realidade da luta de classes. Um destes princípios que baseiam o estudo e é a importância do espaço produzido socialmente na compreensão e/ou leitura da realidade vivida. As condições materiais, suas contradições, as mediações que a comunidade encontra são consequências das relações que se estruturam no trabalho.

O ditado popular “a cabeça pensa onde os pés pisam” parecia estar numa relação cada vez mais estreita com as expressões utilizadas por Karl Marx na obra “A Ideologia Alemã”, “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2002, p.23) e, “A consciência é, portanto desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens.” (MARX; ENGELS, 2002, p. 34). A base material, a luta por renda no assentamento, seja camponesa ou assalariada, com certeza influenciam o modo de vida e a cultura dos trabalhadores Sem Terra no Contestado.

Mas no decorrer destes 15 anos de Assentamento Contestado, a práxis organizativa e formação política priorizou sempre as discussões em torno do trabalho camponês, o trabalho assalariado sempre foi tratado como um problema, como se o indivíduo fosse culpado pela situação, sem levar em conta as influências recebidas pelo capital durante toda sua vida.

Através do diálogo com as famílias, fica evidenciada que esta relação não é linear, nem tão simplificada como parece. A leitura linear e mecânica ocorre quando, para tentar explicar a realidade, utilizamos expressões de maneira isolada do contexto da qual fazemos parte.

Sentimos então, a necessidade de aprofundar o que realmente Marx (2002), queria dizer quando mencionava as expressões que citamos acima, quais eram as relações existentes entre classe e consciência de classe, e como as relações de trabalho incidem sobre a consciência. Entender com maior precisão os meandros da vida material, da vida que se produz e se reproduz diariamente para a sobrevivência no assentamento Contestado, com certeza irá contribuir para entender as relações de trabalho em todos os assentamentos e principalmente aprofundar as discussões no conjunto do MST.

Parece evidente a necessidade de estudar como se desenvolve o capital, as bases materiais de seu domínio, em relação às suas bases ideológicas de dominação. Como entender o trabalhador Sem Terra nesse movimento em ser camponês e ser proletário, partindo das condições objetivas desses sujeitos.

O estudo deixou mais claro que a produção da vida material, ou, a produção do espaço social e das relações construídas na comunidade é influenciada pela hegemonia das relações sociais capitalistas e que estas submetem e subsumem toda e qualquer forma de produção e de trabalho camponês.

Essa influência se percebe, na medida que, os assentados reproduzem a mesma lógica do agronegócio, ou seja, a propriedade privada da terra, a apropriação do trabalho excedente por alguns, nesse caso podemos destacar a renda da terra, que com o desenvolvimento tecnológico em busca de maior produtividade a renda acaba concentrada nas mãos dos capitalistas e não dos trabalhadores. Porém, esse processo está cheio de contradições, geradas pela própria dinâmica do sistema, como é o caso das relações entre trabalho camponês e trabalho assalariado.

O trabalho no assentamento Contestado não foge das regras do capital, como por ex: o aumento da jornada de trabalho, pois mesmo quem é assalariado, quando está no assentamento nos finais de semana, trabalha para arrumar uma coisa ou outra, ou mesmo, trabalha para outros assentados na colheita de morango ou na construção, não tem tempo para o lazer. O capitalista necessita explorar os trabalhadores, sejam camponeses ou assalariados, com o objetivo de aumentar a intensidade da exploração, manter o controle e expandir seus lucros.

A lógica do capital sob a forma de trabalho assalariado, no sistema capitalista, subsume o trabalho camponês e outras formas produtivas não assalariadas, para sua própria reprodução. Podemos observar estes elementos nos estudos das obras de Bartra (1982) e Oliveira (2010). Especificamente no campo, o capital toma forma de agronegócio, caracterizado por produções monocultoras de larga escala destinadas ao mercado, internacional. O agronegócio controla as poucas formas não capitalistas na agricultura, impõe o que e como produzir.

Compreender as mediações no mundo do trabalho com quem vive do trabalho, assim como das possibilidades de articular os camponeses com os assalariados vão além de simplesmente entender as elaborações teóricas sobre o tema, estão vinculados ao problema concreto e metodológico da trajetória militante que é contribuir no fortalecimento da classe trabalhadora.

Estes elementos aparecem com bastante destaque nas inquietações e reflexões do texto que segue. O que tentei destacar tem a intenção de repensar várias categorias que parecem acabadas, tentando perceber o movimento dos sujeitos, dentro dos 30 anos de história do MST.

Acredito que essas questões dispersas em outros momentos da trajetória militante se encontram agora melhor sistematizadas no tema da investigação deste mestrado, na qual o objetivo central é realizar uma análise a partir da relação prática - teoria - prática.

b) Concepção teórico-metodológica de investigação

Ter clareza do método na ação investigativa é uma premissa fundamental para esclarecer ao pesquisador e para o leitor as múltiplas determinações que acompanham o tema investigado. Método é pressuposto para a realização de uma pesquisa e é determinado pelo objeto a ser estudado. Está vinculado à concepção de mundo e por isso também é um tema bastante polêmico.

Compreendemos que do método possibilita a apreensão do movimento do objeto no contexto histórico em que se desenvolve. Por este motivo, apresentamos a continuação uma reflexão sobre o método, bem como sobre suas respectivas premissas, a ser desenvolvida neste processo investigativo. Segundo os gregos a palavra método significa o caminho que permite chegar a um fim, ou seja, precisa ter conhecimento anterior para saber por qual direção se quer chegar, e no caminhar a reflexão se faz em todos os momentos.

Com base nos elementos assinalados durante a pesquisa e o estudo, no decorrer na sistematização, pretendemos levar em conta a concepção teórico metodológica de Marx (2002), método relaciona-se à atitude do pesquisador em apreender não a aparência, mas a essência do objeto, buscando nele as diferentes causas e conexões que lhe são pertinentes, questões que o determinam, questões que o condicionam, vínculos que estabelecem a particularidade com a totalidade, o que há de singular em cada processo histórico.

Se observarmos o ato de conhecer não se limita somente em buscar a raiz, as causas e as diferentes relações existentes no objeto. É também o caminho de retorno ao objeto, já compreendendo toda a riqueza da diversidade existente em suas entranhas.

Essa talvez seja a parte mais difícil dos pesquisadores e militantes. Realizar o caminho de volta é construir o objeto enquanto concreto pensado, procurando evidenciar os elementos centrais da realidade e refleti-los, o que há de comum nas particularidades na qual o objeto se expressa e se relaciona.

Neste sentido, o método em Marx não pode ser visto como um conjunto de regras que se aplicam ao objeto para analisá-lo, mas consiste em captar em si o movimento do objeto e a forma como se movimenta. Percebemos que a relação entre o trabalhador Sem Terra camponês e o trabalhador assalariado, em alguns momentos deixam de ser um e assumem a identidade do outro, esse processo também pode ser o contrário.

Outro elemento fundamental, na perspectiva marxista, consiste na distinção entre o ponto de partida para o método da investigação e o ponto de partida para o método da exposição. Pareceu-me que o método de investigação foi mais tranquilo em realizar, mas a exposição mais complexa, em alguns momentos no texto o leitor vai perceber esses limites.

É importante o pesquisador perceber essa diferença e saber distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus detalhes, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento. Só depois de concluído essa parte importante da pesquisa é que se pode escrever, elaborar idéias e questões adequadas com a realidade.

Esta distinção se dá pelo fato de que num primeiro momento da investigação ainda se tem uma visão superficial, confusa do objeto de pesquisa, e a ele é necessário fazer perguntas, questionamentos para buscar nas entranhas da realidade a sua essência. No segundo momento, relacionado ao método de exposição dos resultados, aproxima-se e relaciona as questões com mais clareza. Uma das temáticas de constante encontro entre estas áreas é a questão do método de análise.

c) Procedimentos da Investigação

O tema central da investigação é o estudo das Relações de Trabalho no Assentamento Contestado e as possíveis transformações dos sujeitos Sem Terra. Também discutimos e analisamos as implicações na luta de classe, como os camponeses ou os trabalhadores assalariados contribuem na luta contra a lógica do capital. Tendo em

vista a hegemonia do domínio do agronegócio no campo, a preocupação central está em analisar qual a relação dessa influência nas relações de trabalho no assentamento Contestado, perceber que nos assentamentos existe o assalariado pode ser a maior contribuição desse trabalho para o conjunto da sociedade.

A partir do estudo de vários autores citados no decorrer do texto, analisaremos as diferentes interfaces existentes na relação entre os conceitos pesquisados, vinculados ao conceito de trabalho, trabalho camponês e assalariado, luta de classes e renda. Para tanto, tomamos a experiência específica do assentamento Contestado, experiência construída por camponeses, sendo construída de forma prioritária no MST, na perspectiva de ser uma referência exemplar na construção da organicidade e de agroecologia.

Definimos alguns autores para discutir o tema do campesinato como prioridade, mas a percepção que os camponeses dos assentamentos do MST estão se proletarizando se transformou na linha norteadora da pesquisa. Constatamos que existe um esvaziamento dos assentamentos, pais de família, mas principalmente a juventude, os filhos dos camponeses, que buscam trabalho assalariado fora do assentamento. Porém esse assunto é ignorado pelo conjunto das lideranças do MST, que continuam refêns de uma análise e de uma estratégia camponesista.

Essa análise deixa de fora uma grande parte da base Sem Terra de participar das lutas políticas na sociedade atual, esse elemento pode ser uma das questões da menor participação dos Sem Terra nas mobilizações, esses não podem deixar o trabalho assalariado para fazerem a luta pela terra, até porque não estão na pauta política suas reivindicações.

A necessidade de priorizar a reflexão desse processo de maneira incisiva e contundente deve ser fundamental para contribuir na análise da luta de classes nesse contexto histórico. “Se camponês, se proletário” (Thomaz Junior, 2006) pode ser uma questão importante de mobilização e fortalecimento da luta de classes, pois o sujeito Sem Terra proletário, também pode contribuir na organização e na luta para construir a reforma agrária popular, na medida em que tem clareza desse processo, pois o apoio da sociedade é fator determinante no fortalecimento desse debate e construção.

Esses processos são vistos como fundamentais para avançar na compreensão da realidade vivenciada, bem como de relacionar as lutas concretas ao pensamento construído historicamente de maneira que permitam vislumbrar com maior clareza os problemas, os caminhos e as estratégias a serem construídas para uma transformação

social. Processo este que exige ademais da luta econômica e política, a necessidade de entender que a história é movimento, os sujeitos também são movimento.

O difícil é perceber para onde vão esses movimentos e qual o papel do MST no processo de construir o novo dentro do velho, levando em conta que o novo vai ter características do velho, ou seja, como valorizar o Sem Terra proletário em uma organização camponesa. Somente com a compreensão dialética esse movimento será entendido. Uma organização reconhecida como é o MST desempenha um papel importante na formação política dos trabalhadores, na medida em que, se posiciona politicamente diante dos trabalhadores, portanto, pode contribuir para criar o novo dentro da sociedade atual.

A presente investigação teve como objetivo geral analisar, a partir das contribuições de alguns pensadores clássicos e contemporâneos e da pesquisa, se de fato o trabalho assalariado realizado pelos Sem Terra no Assentamento Contestado, levam esses trabalhadores a proletarização. E também como as relações existentes no trabalho e na produção do Assentamento Contestado influenciam nesse processo.

A partir deste objetivo geral, se desdobraram outros que marcaram o processo desta pesquisa. Foram eles:

1. Caracterizar as diversas formas e relações de trabalho existentes no assentamento Contestado, dando visibilidade às contradições que se geram entre as mesmas.
2. Problematizar a partir da pesquisa o processo de assalariamento nos territórios da reforma agrária.
3. Sintetizar o debate teórico-político sobre o processo de ampliação da classe trabalhadora.
4. Destacar as transformações do capitalismo contemporâneo e suas influências no trabalho nos territórios da reforma agrária.
5. Destacar as transformações do processo produtivo e dos próprios processos de trabalho, na sua tendência universal e no campo, refletindo a relação antagônica entre o capital e o trabalho.

Na pesquisa realizamos uma revisão bibliográfica, entrevistas com lideranças envolvidas na construção desta experiência. Esse processo de estudo nos levou à necessidade de continuar aprofundando esse debate. Também possibilitou a identificação das principais categorias de análise, onde caminharam as reflexões apresentadas nesse trabalho, que posteriormente podem ser aprofundadas nas futuras pesquisas.

Ainda no processo investigativo realizamos um levantamento junto com as lideranças locais dos dados apresentados no trabalho, com dirigentes envolvidos na projeção e construção deste processo de construção. O diálogo com as lideranças possibilitou identificar desde a existência e a preocupação com o “se camponês, se proletário” e a incerteza em saber para onde vai esse movimento. A função dessa reflexão é reforçar o sentido de classe, em uma compreensão ampla na perspectiva de fortalecer as organizações daqueles que vivem do trabalho.

Entender esse movimento como processo pode fortalecer as organizações e assim construir territórios contra-hegemônicos. Também identificamos alguns limites existentes nestes processos que necessitam ser superados para a efetivação de seus propósitos.

O critério utilizado para a identificação e seleção dos entrevistados foi a própria organicidade do MST, ou seja, os 10 coordenadores dos núcleos de base do assentamento. Esse coletivo que contribuiu no levantamento das informações, pois os mesmos conhecem todos os moradores dos núcleos. As perguntas foram as mesmas para todos os núcleos: Quais e quantas famílias do núcleo recebem renda externa ao assentamento? De onde vem essa renda? O que faz os camponeses saírem do assentamento?

Depois dessa primeira etapa, organizamos os dados em algumas tabelas e a partir desse processo analisamos as informações. É importante reforçar que a pesquisa está apenas começando e com certeza vai continuar fazendo parte da minha vida, como pesquisador e militante.

CAPÍTULO 01**O ASSENTAMENTO RURAL CONTESTADO: TERRITÓRIO EM DISPUTA E EM CONSTRUÇÃO**

O MST do Paraná surgiu no início da década de 80, desde então foram conquistados 315 assentamentos, onde existem aproximados 24 mil famílias assentadas em várias regiões do Estado. O Assentamento Contestado faz parte da região sul do Paraná, Importante destacar que na Região Sul do Paraná existem aproximadamente 2500 famílias assentadas, a maioria em pequenos assentamentos, com duas características importantes dos camponeses dessa região, o primeiro é a região com maior cobertura florestal preservada pelos povos da região, pois somente nos assentamentos existem aproximados 50 mil hectares de áreas de preservação e a segunda característica são as experiências em agroecologia.

Os assentamentos rurais são territórios em disputa permanente, pois enquanto espaços produzidos socialmente estão peneirados de contradições históricas. A lógica do capital é perversa e está presente em todos os espaços sociais, inclusive na consciência dos sujeitos, os quais reproduzem características pertencentes à classe burguesa. Portanto, os assentamentos não são ilhas, pois não estão imunes as formas de controle e dominação próprias do capitalismo.

O que diferencia os assentamentos das comunidades camponesas é que, além da conquista da terra, existem orientações e posicionamentos anticapitalistas que problematizam os desvios e a reprodução dos valores capitalistas, ou que reforçam a lógica do capital. É por este motivo que os assentamentos rurais estão em disputas permanentes e sempre em construção. No Assentamento Contestado o processo de enfrentamento entre os camponeses devido a essa questão se expressa por meio de diferentes assuntos, sendo que, para nós as atenções estão voltadas para as disputas em torno das avaliações e envolvimento das famílias camponesas na construção de alternativas para manterem-se na terra, em busca de autonomia e condições de referenciarem-se na soberania alimentar, na construção do socialismo, dentre outros.

A conflitualidade existente nos assentamentos, principalmente causadas pelas ameaças da lógica do capital é sempre presente nesses territórios em disputa. O capital atua não só nas questões econômicas, mas também nas relações estabelecidas com o mundo do trabalho, relacionando questões da cultura e dos costumes camponeses. As mudanças na base produtiva do campesinato afetam diretamente o modo de vida do

campo.

1.1– A organização coletiva da comunidade: possibilidade de construção de experiências de resistência à lógica capitalista

Tentando fazer um exercício, na tentativa de projetar o futuro, podemos partir do princípio de organização coletiva da comunidade como forma de resistência a lógica do capital, e se manter firmes na construção de uma sociedade mais humana. Os espaços coletivos podem estabelecer outros parâmetros de realização e vivência de valores anticapitalistas, mesmo dentro do próprio capitalismo, construindo, dessa forma, uma ética verdadeira a partir do respeito, solidariedade e honestidade.

Novos parâmetros devem ser definidos na construção de sujeitos livres e conscientes, camponeses ou trabalhadores assalariados capazes de perceber o momento histórico e se colocar a disposição para construir outras relações no mundo do trabalho.

Nesse sentido, pretende-se discutir dois pilares para essa construção: primeiramente, a cooperação, como mecanismo de reorganizar a produção em uma perspectiva anticapitalista e, o segundo pilar se refere à educação como mecanismo de construção de novos seres humanos, não somente a partir da educação formal, mas também da educação popular.

1.2– O Assentamento Contestado e organização espacial do MST

O município da Lapa PR localiza-se á 25°46'11" de latitude Sul e 49°42'57" de longitude Oeste, a uma altitude de 908 metros sobre o nível do mar, faz parte da mesorregião mais especificamente na microrregião da Lapa região metropolitana da capital do Paraná a 72 km de Curitiba. Faz divisa com as cidades de Palmeira, São João do Triunfo, Antonio Olinto, Campo do Tenente, Quitandinha, Porto Amazonas, Balsa Nova, Contenda, sua extensão territorial é de 2097.7 km².

Figura 1: Município de Lapa/Paraná

FONTE: IPARDES

NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010)

Sua população, segundo o IBGE 2010 é de 44.932 habitantes descendentes de diferentes culturas, como italiana, alemã, polonesa, russa e quilombolas. Fazendo deste município muito diverso no âmbito cultural, pois traz presente diferentes costumes que ficaram presentes no transcurso dos anos repassados pelas pessoas mais experientes.

No Assentamento Contestado existem somente 5 famílias que são lapeanas, 2 descendentes dos quilombolas e 3 poloneses, as outras famílias vem de várias partes do Paraná e algumas de outros estados.

Segundo o Senso do IGBE 2010, a população economicamente ativa da Lapa é de 22.493 trabalhadores, destes 6.639 estão vinculados ao trabalho da agricultura, pecuária e produção florestal, o restante estão vinculados a indústria, no comércio, serviços e funcionalismo público. No campo existem mais de 4 mil estabelecimentos agrícolas, e uma população rural de aproximados 20 mil habitantes.

A base da economia do município da Lapa é sem dúvida a agricultura, pecuária, florestas, serviços e a indústria. A arrecadação anual está em torno de 70 milhões de reais. (Fonte prefeitura). Existe no município a Cooperativa Bom Jesus, esta organiza os produtores do agronegócio para produzir soja e transformar em biodiesel, também vem se consolidando a produção de pinus em várias comunidades. Esses dois processos econômicos desenvolvidos pelo capital, buscam arrendar as terras dos pequenos camponeses.

O Assentamento Contestado é hoje um exemplo, entre tantos no Brasil, da

organização coletiva e comunitária da vida no campo, sem contar que é uma área remanescente do regime de sesmarias do Brasil Colonial e Imperial. Está localizado no município da Lapa, distante 20 km da sede municipal e 70 km de Curitiba, capital do Estado. Antes da implantação do assentamento, foi considerada a fonte do poder patrimonialista regional, sendo até aquele momento denominado Fazenda Santa Amélia. Seu antigo proprietário chegou a receber o título de Barão dos Campos Gerais durante a visita que o Imperador Dom Pedro II realizou à Província do Paraná em 1880, chegando a pernoitar na sua sede.

Em 1985 é adquirida por uma empresa transnacional do ramo de cerâmica, a INCEPA, que utilizou a área para o reflorestamento com espécies exóticas (pinus e eucalipto) para produção de carvão para alimentar os fornos da fábrica situada no município de Campo Largo, a cerca de 30 km do local.

A partir do 3º Congresso Nacional em 1995, o MST negociou com o Governo paranaense que terras de devedores de impostos seriam destinadas para a Reforma Agrária. O MST descobriu que a empresa possuía uma grande dívida com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e sabendo da existência da área, realizou uma denúncia ao INCRA, solicitando sua destinação para reforma agrária. Foi instaurado um processo de desapropriação, que foi extremamente moroso. Somente no ano de 1999, com a ocupação da área, o processo seguiu seu trâmite de forma mais rápida. A ocupação foi realizada no dia 07 de fevereiro de 1999 com aproximadamente quarenta famílias, e em poucos dias já existiam mais de cento e cinquenta famílias no local. O decreto foi assinado em outubro do mesmo ano e a emissão na posse se deu em 2000.

A área possui 3.228 hectares, sendo 1.240 hectares áreas de proteção ambiental, em Reserva Legal ou Áreas de Proteção Permanente. Todo o assentamento está situado dentro dos limites da APA – Área de Proteção Ambiental (APA), que marca a divisão entre o primeiro e segundo Planalto Paranaense. Ainda existem aproximadamente 700 hectares de reflorestamento de pinus e eucalipto, remanescentes do período anterior à instalação do assentamento.

A APA da Escarpa Devoniana foi criada através do Decreto Estadual nº 1.231, de 27 de março de 1992, com o objetivo de “assegurar a proteção do limite natural entre o Primeiro e o Segundo Planaltos Paranaenses, inclusive a faixa de Campos Gerais, que se constituem em ecossistema peculiar que alterna capões da floresta de araucária, matas de galerias e afloramentos rochosos, além de locais de beleza cênica como os *canyons* e de vestígios arqueológicos e pré-históricos.” (SEMA, 2004, p. 9)

Conforme relato das famílias, o INCRA tinha o objetivo de assentar cerca de cento e sessenta famílias na área e o MST defendia o assentamento de oitenta famílias. Após um processo de negociação, foi realizado o assentamento de 108 famílias no local. As famílias não contempladas foram para outros assentamentos e acampamentos e algumas desistiram do processo.

Por estar próxima à região onde aconteceu a Guerra do Contestado¹, as famílias escolheram o nome de Assentamento Contestado. Inclusive um dos pontos turísticos mais visitados do município é a Gruta do Monge, local aonde o Monge João Maria, chegou a viver. Este e outros monges que viveram na região entre o fim do século XIX e início do XX, tiveram um importante papel para a população camponesa que lutou na Guerra do Contestado. A Guerra do Contestado aconteceu entre 1912 e 1916 na região disputada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e colocou em confronto a população camponesa local com forças do Governo Federal e Estaduais, estava ligada principalmente à regularização da posse da terra e concessões a madeiras, pois, a concessão de vastas áreas para uma empresa inglesa construir uma Estrada de Ferro.

A área foi dividida em 108 lotes, com tamanho entre 09 a 16 hectares para cada família, variando conforme as condições naturais do terreno e distância da estrada principal. O assentamento foi organizado em 10 núcleos de base. Em cada núcleo participam entre 10 a 15 famílias agrupadas por proximidade. Algumas famílias praticam outros arranjos organizativos e cooperam entre si.

Os núcleos são as instâncias de base do MST, sendo o modelo desenvolvido para estimular a ligação entre os dirigentes e a base do movimento e garantir a participação das famílias. Os núcleos escolhem coordenadores que participam de outras instâncias de discussão e encaminhamentos do MST em seus diversos setores. Cada núcleo pode escolher um homem e uma mulher como coordenadores, que além de atividades do seu núcleo, atuam na coordenação do assentamento.

1.3– A organização da produção e do trabalho no Assentamento Contestado: associativismo e cooperativismo no campo

¹ A Guerra do Contestado aconteceu entre 1912 e 1916 na região disputada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e colocou em confronto a população camponesa local com as forças regulares do Governo Federal e Estaduais. Esse conflito estava ligado à regularização da posse da terra e concessões a madeiras e para a empresa inglesa Lamber, construir uma Estrada de Ferro.

Como forma de representação institucional das famílias perante os órgãos públicos, inicialmente foi constituída a Associação Contestado. Essa associação também se encarregava de questões relativas à apresentação de projetos e comercialização.

Em 2010, as famílias fundaram a Cooperativa Terra Livre, que tem como objetivo atuar nos processos de comercialização e agro industrialização, com prioridade para a produção agroecológica. A Cooperativa substituiu diversas ações realizadas pela Associação Contestado, principalmente as que são relacionadas às transações comerciais, já que a forma de associação tem limitações legais para realizar a comercialização de produtos de seus associados.

A produção de produtos agrícolas no local tem se destacado na horticultura e outras pequenas culturas (mandioca, batata doce, inhame, amendoim, entre outros) destinados para o sustento familiar e o abastecimento de mercados institucionais. Atualmente, as agroflorestas apresentam um maior destaque, visto seu estilo diferente em consorciar a produção de diversas plantas. As agroflorestas, bem como algumas hortas mandalas e tradicionais não somente produzem para o consumo, mas também atendem às demandas do PAA.

A produção de leite é basicamente destinada para o consumo familiar, com uma pequena comercialização de excedentes, principalmente na forma de queijos. A comercialização de derivados teve um declínio, pois a própria cooperativa não conseguiu conduzir e potencializar a produção de leite, deixando a atividade em segundo plano em detrimento das hortas como prioridade. O valor pago aos produtos derivados do leite é baixo, realizado geralmente por atravessadores, e a melhoria deste tipo de comércio depende de investimentos em instalações e transporte, principalmente para cumprir exigências sanitárias. Até o ano de 2011, existia a possibilidade de financiamento para instalação de uma unidade de beneficiamento do leite. O recurso chegou a ser liberado para implantação do laticínio, mas questões burocráticas e de contrapartida financeira da prefeitura inviabilizaram o investimento e o recurso foi devolvido ao governo federal.

Se a produção de leite tivesse sido prioridade na cooperativa, mesmo que inicialmente a coleta fosse feita pelos atravessadores, hoje estaria mais fortalecida por causa dos projetos de investimentos em leite propostos para o conjunto das cooperativas vinculadas a Central das Cooperativas dos Assentados do Paraná – CCA.

Sem a possibilidade da implantação do laticínio naquele período, os agricultores passaram a se desfazer de parte do rebanho. Priorizando o plantio de lavouras de milho

e soja nas últimas safras. Esta produção é realizada principalmente de forma convencional e comercializada na cooperativa do agronegócio, que por motivo do "preço estar bom", aumentou a produção nos últimos dois anos.

Em nossa vivência neste assentamento notamos que a produção de grãos é feita principalmente pelos produtores convencionais e os produtores orgânicos priorizam o plantio de verduras, entregando a produção para o PAA.

Notamos, a partir de algumas observações e informações coletadas das famílias, que os agricultores voltaram a plantar grãos, principalmente porque não foi viabilizada a produção do leite. A produção de leite no assentamento pode fazer parte da estratégia produtiva pois, além das famílias terem uma renda a mais, podem usar o esterco e a urina dos animais para aumentar a produção das verduras. Em relação à lavoura de feijão e de arroz, as famílias produzem para sua própria alimentação, o pouco excedente é vendido ao PAA.

Em média são pequenas áreas que raramente passam de 0,5 hectares, visto que não há o objetivo explícito de venda na maioria dos casos. Mesmo para o PAA, a quantia de feijão vendida não exige um plantio de uma grande área.

Existe outro grupo de 34 famílias no Assentamento que cultivam morangos convencionais em sistema de integração. Os locais de produção são cultivados por grupos de até três famílias. Uma empresa de comercialização auxilia no financiamento da estrutura e aquisição inicial de insumos e embalagens, as famílias entregam o morango já limpo e embalado para comercialização. Elas recebem o valor equivalente a 1/3 do total produzido e aqueles que optam por pagar as estruturas, têm a opção de comercializar a produção de forma mais lucrativa.

Esse processo de autonomia para comercialização criou a necessidade de cooperar com os outros vizinhos. Esse grupo está discutindo a possibilidade de criar uma associação ou cooperativa, ou mesmo se associar na cooperativa Terra Livre e estabelecer um setor que possa comercializar também os produtos convencionais. O cultivo de morangos foi introduzido a partir de 2005/2006, momento em que existiam poucas perspectivas de renda no local e tem proporcionado renda a estas famílias, incluindo algumas que não cultivam o morango, uma vez que, em alguns momentos, trabalham como diaristas na colheita. As informações coletadas indicam que o morango proporciona uma renda mensal entre R\$ 200,00 até R\$ 3800,00 por família. A variação está ligada ao período de safra e à disponibilidade de mão de obra familiar.

A produção orgânica e convencional são fontes de tencionamentos internos

permanentes, visto as discussões, os modelos de produção são contraditórios e é difícil conciliar os dois modelos em um mesmo território. Vejamos algumas informações Tabela 1, pois ajudam a entender o processo dos debates internos nesse assentamento.

Tabela 1: Organização da Produção

Sistema produtivo – 108 famílias	Quantidade	%
Produção Agroecológica com certificados pela Ecovida	43	46,4 %
Transição Agroecológica pela O.C.S	38	41,0 %
Produtores Convencionais	17	18,3%
Produtores de morango	35	37,8%
Assentados sócios na Cooperativa Terra Livre	87	93,9 %

Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2013.

Organizador. Nei Orzekovski

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e o escoamento da produção, a Cooperativa Terra Livre está articulando a entrega de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, mas para conseguir cumprir as exigências, primeiramente está investindo na construção de um espaço para beneficiar parte da produção de hortaliças, buscando recursos para a aquisição de um veículo adequado e trabalhando com questões relativas ao planejamento da produção com as famílias, visto que os prazos, exigências e beneficiamento da produção são mais rígidos por parte das escolas beneficiadas pelo programa.

Atualmente, as famílias vinculadas à cooperativa dependem exclusivamente dos programas de governo, e, caso houvesse um rompimento da compra, causaria uma crise muito maior no assentamento. O desafio principal é como se organizar para buscar outras formas alternativas de comercialização e não ficar dependendo somente dos programas de governo. As principais ações estão articuladas através do PAA, feiras urbanas e outros canais como o Circuito Sul da Rede Ecovida. Assim as famílias que estão ligadas à agroecologia, buscam ampliar sua renda frente aos mecanismos tradicionais de mercado, idealizando a autonomia que é fundamental para os camponeses.

Em geral os programas e políticas públicas para os assentamentos são pensados de maneira que estes se insiram nos mercados a partir dos parâmetros da agricultura convencional, porém, especificamente para a agricultura agroecológica ainda continuam

muito pequenas as possibilidades de créditos. Estes financiamentos apresentam dificuldades para serem acessados pelos assentados, principalmente pela falta de um programa sério de assistência técnica e de um programa que diferencie os assentados da agricultura familiar. Esses temas estão na pauta das reivindicações dos movimentos sociais todos os anos.

Por outro lado, programas como o PAA, o qual remunera o trabalho da família do agricultor e garante demanda para produção, mesmo que pequena, garante mercado a preços mais justos e a renda fica com a família. Com este programa, o agricultor não corre riscos de perder sua produção ou ser obrigado a vender a preços muito baixos, este programa então, pode ser considerado um dos mecanismos de proteção para estes agricultores, que podem desenvolver sua atividade com a garantia de renda mínima, mínima, mínima.

Importante destacar que esse processo de trabalho é realizado pelo núcleo familiar, ou seja, os trabalhadores Sem Terra se dedicam diariamente com a produção, seja ela orgânica ou convencional, nesse sentido o trabalho camponês se destaca, pois a família se envolve no trabalho e na geração de renda. O limite aqui é que o patriarca das famílias concentra e controla a renda, e esse fator faz com que os jovens busquem trabalho assalariado fora do Assentamento, tentando conquistar autonomia financeira.

1.4– Agricultura convencional e os limites da construção de uma proposta de agroecologia para o Assentamento Contestado

Com a modernização da agricultura, as formas de organização dos camponeses sofreram uma grande influência, sob a base de um modelo de desenvolvimento bastante agressivo, tanto com as pessoas, como também com a própria natureza. A lógica do capital tornou-se hegemônica também no campo. As políticas públicas historicamente foram destinadas exclusivamente para implantar o modelo da modernização. A depreciação do conhecimento camponês levou grande parte dos agricultores camponeses a acreditarem que este era o único modelo a ser seguido e que deveriam utilizar as práticas e técnicas da modernização para que pudessem continuar como agricultores. Se observarmos as notícias nos Meios de Comunicação, percebemos o preconceito com as práticas tradicionais usadas pelos camponeses, essas foram acusadas de atrasadas, acusaram a baixa produtividade por causa do atraso das técnicas utilizadas

pelos camponeses.

Com a Reforma Agrária, os assentamentos, não só começaram a contestar pontos fundamentais do modelo agrícola brasileiro, mas também se inseriram no processo de modernização da agricultura, reproduzindo a mesma lógica tecnológica.

As políticas, os créditos, a assistência técnica, são pensadas de maneira que os agricultores concordem com o modelo de produção convencional, mesmo que de forma precária e desigual com o agronegócio. Os impasses na liberação dos créditos, valores insuficientes, falta de acompanhamento técnico, falta de estradas, luz elétrica e outras dificuldades, assentamentos isolados, prejudicam o desenvolvimento dos assentamentos.

Os assentamentos, apesar de ser fruto da ação dos movimentos sociais se justificavam como forma de romper com a figura arcaica do latifúndio, o qual era identificado com o passado colonial do Brasil e, portanto, atrasado.

Mesmo sendo tratado como uma política compensatória, as políticas de implantação de assentamentos rurais tinham seus fundamentos na modernização da agricultura. Os trabalhadores assentados continuam subordinados ao modelo da agricultura convencional.

A proposta da agroecologia aprovada no IV Congresso Nacional do MST para os assentamentos está sendo construída no Contestado. Desde o início das discussões com as famílias foi pautada a forma do assentamento, no projeto de desenvolvimento com base na agroecologia seria construído com o desafio de ser uma referência em agroecologia no MST.

As famílias do Assentamento Contestado tinham pouca informação sobre a agroecologia. A proposta da agroecologia surgiu como uma possibilidade destas famílias manifestarem sua resistência ao modelo de agricultura convencional. Inicialmente todos se comprometeram em colocar na prática todas as discussões em torno da agroecologia. Mas, quando as famílias deixaram de ser acampadas e se tornaram assentadas, notou-se que a compreensão estava distorcida, pois na medida em que as famílias assumiram os lotes individuais, todos começaram com a produção agroecológica, mas logo surgiram as contradições do processo.

Como a terra era de baixa produtividade e estava degradada, a produção foi extremamente baixa e, logo nos anos seguintes, diversas famílias voltaram a produção convencional. Nesse período houve uma divisão no assentamento entre produtores orgânicos e convencionais. Essa situação gerou uma crise interna sobre como conduzir

o futuro do assentamento, garantindo a proposta da agroecologia.

Algumas soluções pensadas idealmente e de forma centralizada naquela situação, ainda hoje trazem sérias consequências, pois pecamos em não desenvolver um processo de transição, com pequenas experiências, como a recuperação do solo, com adubação verde e rotação de culturas. Com certeza seria mais consistente se tudo tivesse acontecido baseado no diálogo, no entendimento.

No momento em que estas famílias passaram a discutir e a experimentar a produção agroecológica, a discussão no MST ainda era muito recente, apesar de possuir algumas experiências importantes. A agroecologia suscitou muito mais dúvidas e incertezas do que esperanças em seus momentos iniciais. A maioria destas famílias participava há pouco tempo do Movimento, e muitas delas, principalmente as que trabalhavam como boias-frias ou assalariados agrícolas, só conheciam o modelo de agricultura convencional, outros eram antigos colonos ou sitiantes que por algum motivo perderam ou tiveram que deixar suas terras.

A agroecologia assim estava ligada à busca de formas de fazer agricultura de uma maneira diferente do modelo de agricultura hegemônico. Esta proposta questiona o modelo de produção hegemônico, através do qual o conhecimento era gerado nos laboratórios e difundido entre os agricultores principalmente pelas empresas de assistência técnicas do estado.

No Assentamento Contestado, um dos desafios está ligado à compreensão da agroecologia por todas as famílias. Em diversos casos os agricultores se identificam com a agroecologia praticada no período anterior à modernização da agricultura, ou seja, na época da agricultura tradicional, os agricultores dominavam suas práticas. Neste período poucos agricultores tinham acesso aos agroquímicos, os quais, geralmente são a face mais criticada do regime da agricultura convencional devido às suas consequências para a saúde, meio ambiente e mesmo econômicos para os agricultores.

A identificação da agroecologia com o passado, com as práticas da agricultura tradicional e da agricultura praticada em um período anterior à modernização está presente na lembrança dos agricultores, principalmente dos que vivenciaram este período. Mesmo que alguns recordem que faziam o dobro do trabalho para garantir a produção, ainda assim isso compensava, pois as famílias eram maiores e o trabalho era dividido entre todos.

Essas lembranças contribuem para a reafirmação da identidade camponesa do passado, mesmo que alguns sintam saudades, na atualidade os camponeses assumiram

outras características, que precisam ser levadas em conta ao estudar e analisar esses sujeitos.

As técnicas e práticas da agroecologia são semelhantes às que já utilizaram e que hoje precisam ser melhoradas, sejam através de pesquisas ou da criação de instrumentos que possam ajudar os trabalhadores do campo a aumentar sua produção, se livrando do trabalho precário e tendo, dessa forma, mais tempo para fazer outras coisas que a vida requer.

Com a agroecologia, as técnicas e o conhecimento tradicional precisa ser recolocado nas demandas da atualidade, repensados e reinventados com o objetivo de melhorar a vida dos camponeses. O resgate das experiências tradicionais pode ser a base para o desenvolvimento de um novo modelo agrícola para a agricultura.

A recuperação dessas práticas indica que existem outras formas de realizar a produção na agricultura, o problema é que reproduzir as técnicas do passado no campo hoje, precisaria de bastante mão de obra no campo, fator esse que vem diminuindo cada vez mais. (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Por isso, essa linha de pensamento não consegue olhar o conjunto de questões, não consegue entender a lógica do capital que de fato é hegemônica e produz com pouco trabalho e muita tecnologia milhares de vezes mais que as formas tradicionais de produção, talvez isso seria possível, se a população resolvesse voltar em massa para o campo e todos buscassem produzir para seu autossustento, mas se observarmos a realidade esse processo é o contrário, a população do campo continua diminuindo.

Será que a produção agroecológica hoje consegue abastecer a população brasileira? Se por algum fator não se produzisse mais alimentos convencionais, haveria alimentos para abastecer os grandes centros?

Portanto, precisamos fazer uma análise mais profunda desses argumentos em torno da agroecologia e das formas tradicionais de produção que foram desenvolvidas a partir das especificidades locais e que não cabem para o conjunto de outras questões existentes na sociedade capitalista. Não podemos voltar ao passado ou ser “românticos”, pois o momento histórico hoje é outro, muito mais complexo do que ser camponês ou proletário.

Ao remeter a agroecologia para além da produção, incluindo dimensão econômica, social e ambiental, os agricultores acabam compreendendo a agroecologia como um modo de vida. Mas mesmo aquelas famílias que fazem parte dos movimentos sociais entram para a agroecologia por visualizar uma renda maior na comercialização

dos produtos orgânicos. Essa lógica do campesinato pode mostrar que o modo de vida do camponês está em crise, mesmo a agroecologia que busca formas de resgatar este modo de vida que estava sendo destruído pela modernização é afetada pela lógica do capital. Portanto, a agroecologia pode ser uma expressão de resistência ao agronegócio, mas por si só fica limitada. As escolhas dos agricultores agroecológicos no Assentamento Contestado estão além da simples opção pela agroecologia ou por outro modelo de agricultura, pois as condições materiais e o contexto que estão inseridas são igualmente determinantes. Muitas famílias que produzem de forma convencional estão em processo de transição de parte de seu lote para a produção orgânica, não por consciência ecológica, mas por tentar ter uma renda maior para sua família.

A busca de algumas famílias em iniciar o processo de transição está diretamente ligada à proposta da cooperativa Terra Livre e ao projeto do PAA, pois se estabeleceu como proposta que, para fazer parte dessa política pública todos deveriam produzir sob o referencial orgânico, e ser sócio da cooperativa, pois se definiu que a produção convencional não seria mais aceita pela cooperativa. Essa situação financeira adversa levou algumas famílias a retornar ao trabalho convencional, mesmo com o desejo de continuar com a não utilização de agroquímicos, da mesma forma, o crescimento do grupo agroecológico estimulou outras famílias a iniciarem ou retomarem seus processos de transição.

A decisão em utilizar práticas agroecológicas está além da vontade das famílias, pois as condições materiais e a reprodução e manutenção da vida e da família também pesam. A expectativa de aumentar a renda familiar faz as famílias se moverem conforme as expectativas de renda, se em alguns momentos a produção convencional possibilita uma renda maior, muitas famílias se organizam para esse sentido, se em outro momento a renda pode ser maior produzindo sob o referencial agroecológico, assim também buscam trabalho assalariado. Os conflitos no Assentamento Contestado ainda vão continuar e as perspectivas de renda da terra continuarão baixas, enquanto a tecnologia for os braços dos camponeses.

Podemos diminuir essa tensão na medida em que planejarmos a cadeia do leite e a agroindústria de doces e verduras a vácuo e colocarmos nossos produtos nos programas de governo, isso sim pode gerar garantia de aumento de renda para os trabalhadores.

1.5– O Programa de Aquisição de Alimentos no Assentamento Contestado: diversificação da produção e garantia de mercado

O PAA é uma iniciativa do Programa FOME ZERO e vem sendo acessado pelas famílias do Assentamento Contestado desde 2010. Este programa é uma ação interministerial, envolvendo os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS). No Assentamento Contestado acessamos os projetos para doação simultânea.

Na modalidade Doação Simultânea os assentados têm o direito de entregar até R\$ 4.800,00 por ano a entidades beneficentes articuladas pela Cooperativa Terra Livre, que se responsabiliza também por prestar contas à CONAB e fazer o pagamento aos produtores.

Com o PAA a produção das hortas e pomares do assentamento passou a ter valor de troca e inserção no mercado, os frutos colhidos no assentamento, além de alimentar as famílias assentadas, passaram a fazer parte do cardápio de trabalhadores do meio urbano que (sobre)viviam em condições de insegurança alimentar. Abriu-se assim, um canal de diálogo com a sociedade em que se pôde mostrar a produção dos assentamentos. Além disso, se construiu espaços de discussão política, onde se discute temas como a própria reforma agrária, movimentos e organizações populares, em vários setores que fortalecem as articulações da classe trabalhadora, sem a mediação dos sindicatos e centrais sindicais. Se olharmos para o futuro, a hipótese é aumentar a articulação e criar outros espaços de fazer política.

Destacam-se ainda no PAA – Doação Simultânea, a participação das mulheres do Assentamento, que são as responsáveis pelo trabalho na horta e na diversificação crescente que se pode notar nos lotes, principalmente a partir a implantação das agroflorestas e das hortas mandala. Esses dois projetos contribuem para a diversificação da produção. Atualmente a Cooperativa Terra Livre compra e entrega somente produtos orgânicos ou em processo de conversão, estabelecendo uma discussão sobre o meio ambiente, a agroecologia e da produção de alimentos saudáveis.

De qualquer maneira, o que se tem percebido é que estas estratégias de produção e comercialização motivam as famílias a diversificar suas plantações, pois a possibilidade de ter onde vender os produtos com um preço mínimo, mesmo sendo

projetos pequenos, acabam sendo a principal renda do trabalho camponês e motiva o camponês ao trabalho.

O processo de comercializar somente os produtos agroecológicos, em alguns momentos geram conflitos internos no Assentamento Contestado, esses não dizem respeito em pertencer ou não ao MST, mas se apresentam principalmente no modelo de produção. Caso comparar com outros assentamentos ou com outras comunidades camponesas, o processo construído nesse território deixa marcas entre os sujeitos - Pela forma como foi tratada a discussão da agroecologia. Pela força e não pela consciência -, conseguiu acumular para a agroecologia. Percebe-se que com mais discussões e com o tempo, a transição dos camponeses convencionais para a agroecologia pode avançar ainda mais. A partir do momento que a produção de leite cresça, o gado leiteiro precise de pastagens, logo o uso de agrotóxico pode diminuir, pois também vão diminuir as plantações de grãos. Além desse fator, o camponês terá o adubo orgânico para plantar sua horta.

De qualquer maneira, o que se tem percebido é que estas estratégias de produção e comercialização motivam as famílias a diversificar suas plantações, pois, a possibilidade de ter onde vender os produtos com um preço mínimo, mesmo sendo projetos pequenos, acabam sendo a principal renda do trabalho camponês.

1.6. Organização dos trabalhadores e acesso às diferentes dimensões educativas da luta pela e na terra

O MST desde sua origem priorizou a educação como um elemento estratégico no processo de organização dos trabalhadores. A base da educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se baseou na concepção da educação popular, ou seja, a educação para muito além da escola. A educação ou mesmo a reeducação para um projeto socialista, parte de princípios que orientam e apontam os rumos de um projeto popular, construído a partir de valores humanistas. Um dos pilares dessa forma de pensar se constrói com participação nos espaços criados pela organização e nos compromissos assumidos coletivamente. As formas coletivas de tomar decisões evitam que alguns se apoderem e cometam arbitrariedades individualmente ou em pequenos grupos.

As decisões coletivas assumidas depois de cansativos debates nos núcleos de

base, nos espaços de coordenações e nos setores, criaram uma base mais sólida de pertencer à organização e se perceber como classe trabalhadora. Também essa forma de educação estimula as famílias a sentirem-se parte do MST e o nível de conhecimento e de pertença aumenta no decorrer das discussões, aliás, que devem ser permanentes.

Para que isso se concretize o MST desenvolveu uma organização de base, em que as famílias sejam sujeitos pensantes e que resolvam os problemas do cotidiano, decidindo e assumindo as decisões coletivas tomadas nos núcleos de base com a participação das famílias. Inclusive as tarefas, os desafios e a estratégia devem ser discutidos amplamente nos espaços do próprio movimento.

A participação na luta pela reforma agrária, a decisão de participar de uma ocupação de terra, das marchas e mobilizações, de participar das aulas de Educação de Jovens e Adultos, de decidir em plantar de forma agroecológica, às vezes levam anos e devem ser entendidos como processo. Mas a lógica de educação para além da escola, a educação do povo é bastante lenta. Nesses casos o como tomamos decisões podem atrasar ou adiantar o processo de educação popular.

1.6.1– O acesso à Escola Pública no Assentamento Contestado

A luta por escola no Assentamento Contestado começou no primeiro dia da ocupação, aliás, em todas as ocupações realizadas pelo MST a escola está em pauta, e não é qualquer escola, lutamos pelo direito universal à educação, encarada como um direito humano, assim como a terra, o atendimento a saúde, a alimentação saudável, etc.

Inicialmente a Prefeitura Municipal da Lapa se recusou a implantar uma escola no local e, além disso, não providenciou transporte escolar para as crianças. Houve mobilização das famílias, que incluiu a matrícula das crianças em escola na sede do município, conquistada depois do acampamento realizado em um terreno cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade. Com a pressão e a obrigatoriedade do poder público em oferecer educação, a prefeitura obrigou-se a providenciar transporte escolar para as crianças. Os estudantes eram levados para estudar na sede do município. As condições da estrada eram muito precárias com constantes atrasos e até impossibilidades do ônibus circular em épocas de forte chuva. Pela distância e pelas dificuldades de transporte escolar, bem como as condições da estrada e o tempo de deslocamento, as crianças chegavam cansadas na escola. Com essas dificuldades o

assentamento propôs a utilização de uma casa existente no local, na qual morava o antigo administrador da fazenda, e foi instalada neste local a Escola de Ensino Fundamental até a 4ª série de forma multisseriada o que amenizou a situação, embora com muitas dificuldades.

Em classes multisseriadas estudantes de níveis diferentes estudam em uma mesma sala de aula com o professor atendendo várias séries simultaneamente, essa realidade é bastante comum na área rural do Brasil.

Importante reforçar que mesmo com a escola instalada provisoriamente, continuou na pauta a construção de um espaço específico para a educação formal no assentamento. Somente no ano de 2012 foi inaugurada a Escola Municipal e Estadual Contestado, para alegria das famílias e principalmente das crianças.

Em 2011 foi contemplada a Educação Fundamental (5º ao 8º ano) e o Ensino Médio. A existência destas escolas no Assentamento possibilitou que todas as crianças e adolescentes que moram no local estejam estudando, o que é significativo na área rural do Brasil, visto que é alto o índice de evasão.

Com a instalação do Ensino Médio pode-se considerar que o Assentamento Contestado é um dos primeiros que possui em sua área desde o Ensino Fundamental até o superior. Com a instalação do Ensino Médio foram ofertadas também turmas especiais de Educação de Jovens e Adultos. Assim os adultos voltaram a estudar para completar seus estudos.

Hoje a escola funciona nos períodos da manhã, tarde e noite e estão estudando 155 alunos do assentamento, entre crianças, jovens e adultos. Existe um trabalho de base nas comunidades vizinhas para aumentar o número de alunos, algumas dessas comunidades matriculam seus filhos para estudar na cidade. Existe um diálogo positivo entre o assentamento, as comunidades e a prefeitura municipal, mas o desafio continua.

Infelizmente, a Proposta Pedagógica inserida na escola, ainda segue as orientações do município e do estado, mesmo sendo uma escola do campo, as brechas para discutir uma nova proposta específica é bastante difícil. A escola poderia ser um espaço de estudar a agroecologia, a cooperação, a organização, mas isso fica somente para o professor em suas próprias aulas.

É importante destacar a participação da comunidade na escola, pois a participação propicia que pais e alunos assumam a escola para si, nesse sentido qualifica a educação, pois de fato ela não deve ser separada, a escola deve ser educadora, deve continuar a educação para além da família. (Tabela 2).

Tabela 2: Educação Formal – Ocorrências

Ocorrências	Quantidade
Ensino Infantil	10
Ensino Básico	49
Ensino Fundamental	40
Ensino Médio	29
Ensino técnico	1
EJA - Ensino Fundamental	11
EJA – Agroindústria	4
Ensino Universitário – Formados	10
ELAA – Estudando	1
Total	155

Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2013.

Organizado: Nei Orzekovski

Assim, o MST faz também da Educação uma importante dimensão da resistência cotidiana e se concretizam ações nesse sentido no Assentamento Contestado. Que propõem discutir criticamente os conteúdos da educação proposta pelo Estado, principalmente em relação à realidade das populações camponesas. Desta forma, incluímos nos processos de resistência ligados à intervenção da organização do trabalho e na produção.

A educação cumpre um papel central no MST, a luta por escolarização de grande parte de sua base, desde o processo de educação infantil (chamadas de ciranda infantil) até o ensino técnico e universitário específicos para os agricultores ou seus filhos. A educação inclui a busca pela eliminação do analfabetismo entre estes agricultores. Da mesma forma, desenvolvem-se cursos, eventos, oficinas, seminários, também voltados aos agricultores. O MST compreende que o conhecimento tradicional é uma fonte importante para o desenvolvimento da agroecologia nos assentamentos, mas também acredita que este conhecimento deve dialogar com o conhecimento científico. Assim, além dos cursos técnicos, estimulamos processos de aprendizado da agroecologia a partir dos conhecimentos tradicionais dos camponeses. Desta forma, a aprendizagem é um elemento central neste processo de transição agroecológica e envolve não só aprender algo novo, mas também resgatar e aperfeiçoar as práticas tradicionais da agricultura camponesa. E cabe ainda elencar que apontamos para um elemento de uma educação formal, com espaços específicos para tanto. Ao longo do período de

implantação do Assentamento Contestado, a adoção da agroecologia como base de produção, tem proporcionado algumas mudanças nos lotes.

1.6.2– Proposta educativa diferenciada: a Escola Latino-Americana (ELAA) no assentamento Contestado

A Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) tem sua sede no Assentamento Contestado, no município da Lapa - Paraná. A ELAA é fruto de uma iniciativa da Via Campesina e com apoio do Governo do Estado do Paraná, Estado Bolivariano da Venezuela, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Universidade Federal do Paraná. Essa parceria foi formalizada em 2005, durante o V Fórum Social Mundial. A ELAA oferece o curso de Tecnologia em Agroecologia, em parceria, atualmente, com o Instituto Federal do Paraná, trabalhando na formação de militantes técnicos pedagogos em Agroecologia, que sejam capazes de compreender e intervir na realidade concreta das comunidades camponesas, a partir do desenvolvimento de uma ciência e de tecnologias adequadas aos interesses e necessidades do campesinato. Para tanto, o método pedagógico, seja pela alternância (tempo escola e tempo comunidade) e em seus diversos tempos educativos e processos de autogestão busca qualificar os educandos em sua visão crítica da realidade, a formação política e o preparo técnico. A terceira turma concluiu o curso em novembro de 2013, para o próximo ano existe a perspectiva de iniciar a quarta turma. Este espaço de formação em agroecologia atende educandos e educandas dos Movimentos Sociais do Campo articulados na Via Campesina da América Latina.

Pautada pelo desenvolvimento de valores humanistas e pela práxis transformadora, a ELAA promove a formação de jovens oriundos de comunidades camponesas e movimentos sociais da Via Campesina é a primeira escola de Agroecologia de nível universitário do país. Rompe com o elitismo das instituições acadêmicas e a prática anti-dialógica dos profissionais técnicos concretizando-se como uma universidade popular que propõe a prática do diálogo de saberes na convivência entre técnicos e camponeses.

O objetivo principal da ELAA é desenvolver ações a fim de promover a soberania alimentar dos povos, assegurar as sementes e a biodiversidade como

patrimônio dos povos a serviço da humanidade, e a agroecologia como ciência orientadora da reconstrução ecológica da agricultura e a divulgação deste conhecimento, e a criação de cursos universitários de agroecologia.

A certificação e legalização do curso couberam inicialmente à Universidade Federal do Paraná, através de sua Escola Técnica. A partir de 2009, este papel cabe ao Instituto Federal do Paraná (IFPR). O curso de Tecnologia em Agroecologia foi constituído com base em diversas experiências já acumuladas pelos movimentos sociais participantes da Via Campesina, destacando o MST.

Outro objetivo da ELAA é qualificar os conhecimentos dos jovens camponeses e camponesas para uma atuação junto às famílias dos assentamentos de reforma agrária e comunidades camponesas para a promoção da agroecologia e da cooperação e a ação militante para a transformação da sociedade. Desta forma os educandos são indicados pelas organizações e comunidades camponesas às quais estão vinculados. Uma das características dos cursos formais organizados pelos Movimentos Sociais do Campo é a utilização da pedagogia da alternância. O curso é realizado em módulos que duram aproximadamente 75 dias, o Tempo Escola (TE), com espaços de aproximadamente 90 dias entre eles, momento no qual se desenvolve o Tempo Comunidade (TC).

Durante o TE, além do Tempo Aula, são desenvolvidos diversos tempos educativos, como o Tempo Leitura, Tempo Trabalho, Tempo Unidade Camponesa de Agroecologia, Tempo Socialização de Experiências e Tempos Educativos voltados ao lúdico e à subjetividade, como o Tempo Esporte, Círculo de Cultura e Noite Cultural, entre outros.

Os tempos educativos possuem uma intencionalidade pedagógica, com a função de contribuir para a qualificação do conhecimento não só da agroecologia, mas também dos processos organizativos dos movimentos sociais e o desenvolvimento humano em geral.

Durante o tempo escola, são desenvolvidas, além das aulas, diversas atividades como atividades de autogestão da escola, leituras, seminários e trabalhos que pode estar relacionado à construção ou manutenção do espaço e atividades de produção agroecológica da escola. Já no tempo comunidade, os educandos desenvolvem atividades relacionadas ao curso, como trabalhos, estágios, trabalho de conclusão de curso, experiência prática em agroecologia, inserção em atividades do movimento social, além de contribuírem com as atividades produtivas de seu assentamento ou de sua família e com ações dos movimentos sociais nos quais participam.

Destacamos ainda que o objetivo destes cursos não está voltado exclusivamente a atender o mercado de trabalho e de que após a formatura, os estudantes vão procurar emprego em empresas ou outra forma de organização. O objetivo dos Movimentos Sociais é de que estes estudantes voltem a atuar em suas comunidades de origem ou nos movimentos sociais em diversos espaços existentes. Os Movimentos procuram alguma forma de remuneração pelo trabalho destes estudantes, que se concretizam principalmente através da contratação em convênios, assessoria a projetos, bolsas de estudo ou outra forma de remuneração.

Não existe um levantamento dos dados, mas informações obtidas junto a ELAA apresentam indícios que a maioria dos estudantes formados estão desenvolvendo alguma atividade junto aos movimentos sociais. Existem informações que a maioria foi contratada pelos convênios de assistência técnica, e atuam em projetos apresentados a agências de financiamento, estão fazendo curso de pós-graduação, atuando nas cooperativas ou associações ou mesmo na militância no movimento social. Existem poucos casos de estudantes que se afastaram de atividades relacionadas com os movimentos sociais.

1.7– Outros espaços de organização e aprendizado no assentamento: as noites culturais de integração latino-americana

O Assentamento Contestado se diferencia dos outros, pois é palco de um processo de educação formal que é completo, construído desde o ensino infantil até o curso de Graduação em Agroecologia. Além disso, está em negociação a instalação no Assentamento de uma unidade do Instituto Federal do Paraná - IFPR, com capacidade para receber 300 jovens estudantes dos assentamentos da região e também jovens filhos de pequenos agricultores. O projeto é investir em laboratórios para pesquisa em agroecologia, na perspectiva de formar tecnólogos em agroecologia, e em médio prazo, se tornar uma referência para outros estados.

A Escola Latina Americana de Agroecologia é reconhecida por ser uma escola que inovou no método de pesquisa, tanto é que o assentamento faz parte da Escola, é onde os educandos pesquisam e aprendem com as famílias, desenvolvem o "diálogo dos saberes" espaço criado para aproximar o assentamento da escola e a escola do assentamento.

Outro fator de referência são as noites culturais realizadas em conjunto com as famílias do assentamento, pois possibilitam oportunidades em conhecer outras culturas, alimentos, músicas e danças de outros países, além do intercâmbio entre os educandos e as famílias. Esses fatores elevam o conhecimento dos sujeitos que trabalham e vivem nesse território, amplia sua visão de organização e de mundo com conhecimentos tão privilegiados. Portanto, as noites culturais são momentos de encontro, de festas e de conversas que possibilitam a integração latino-americana.

Fazer com que a comunidade seja um espaço coletivo e ser protagonista na construção desse espaço é uma tarefa que exige paciência e persistência. O desafio é como envolver o conjunto das famílias nessa perspectiva, sabendo que a conflito existente nesse território, muitas vezes cria bloqueios nas relações sociais estabelecidas. Pois em um território, onde o objetivo de questionar a lógica do capital e construir valores com outra lógica de participação e consciência coletiva, talvez esse seja o maior desafio do Assentamento Contestado atualmente.

Relacionar fatores que parecem ser descolados da comunidade em uma perspectiva de ver o conjunto das ações coletivas em sua totalidade, como relacionar o econômico, a partir da cooperativa e da produção, do complexo educacional existente com o conjunto das escolas e mais o processo histórico de educação popular do MST, levando em conta os limites que a cultura local apresenta.

Como relacionar as relações do trabalho, seja camponês ou assalariado levando em conta a geração de renda e os espaços culturais para manter os trabalhadores no campo? As comunidades camponesas tradicionais foram/são espaços de convivência e resistência, espaços de se encontrar para rezar, para estudar, para jogar futebol e também para conspirar. Já no Assentamento Contestado esse espaço está vazio, não existe o espaço coletivo onde as pessoas possam se encontrar para festejar, se divertir. A cooperativa e as escolas são espaços importantes de debates, de discussões políticas, de discussões sobre os rumos da educação e da produção, mas não são espaços de lazer.

O espaço lúdico precisa ser pensado e construído, pois caso isso não seja possibilitado nas comunidades, principalmente os jovens vão buscar esses espaços fora do assentamento, sendo que, na maioria das vezes, muitos se enraízam e não voltam mais para a casa dos pais, ou seja, saem em busca de trabalho e lazer. Esses talvez sejam os dois pilares mais importantes para manter as comunidades camponesas resistindo.

É importante considerar o acúmulo histórico em relação ao campesinato para compreendermos os modos de vida dos camponeses em toda história, e como história é

movimento e tem sua dinâmica em cada período, existem contradições do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e da ação política dos movimentos socioterritoriais envolvidos com a luta pela terra no Brasil que devem ser analisadas e construídas.

No Assentamento Contestado atualmente percebe-se algumas contradições do modo de vida camponês, que se diferencia de outros momentos da história. As famílias trazem consigo características camponesas e relações capitalistas, principalmente a juventude, que serão os herdeiros da terra de seus familiares. Esse processo traz preocupações com o futuro do assentamento e também com o futuro do campesinato, pois existem diversos exemplos em outros assentamentos, que as terras conquistadas acabam voltando nas mãos dos capitalistas.

O processo de transição das famílias camponesas com os jovens, filhos de assentados merece uma boa pesquisa, de porque os jovens deixam o campo e esvaziam as comunidades camponesas.

Importante destacar que o Assentamento Contestado teve certa prioridade nas discussões do MST, pois desde 1999 foi se construindo a proposta de ser um exemplo de produção agroecológica. Depois de 15 anos tivemos vários acertos e desacertos, mas a intenção continua no sentido de construirmos a matriz agroecológica de produção, levando em conta as contradições relacionadas a renda, ao trabalho e a participação política com a classe trabalhadora.

Portanto, o processo de formação continua com as diversas questões no Contestado, mas a prioridade, independente da identidade ou da renda ser do trabalho camponês ou assalariado, é nos manter firmes e contribuir na construção da Classe Trabalhadora.

CAPÍTULO 2

EXPRESSÕES DO TRABALHO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS E AS CONTRADIÇÕES ATUAIS

Este capítulo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as contradições e perspectivas que se apresentam para os trabalhadores envolvidos na luta pela terra na Região da Lapa (PR). Nossa pretensão é percorrer algumas discussões teóricas contemporâneas, fundamentadas nos clássicos, sobre as relações de trabalho, para que possamos nos posicionar diante do assunto. Sabendo que os trabalhadores envolvidos na luta pela terra ocupam espaço de destaque na atualidade e que são protagonistas da luta de classes, no Brasil, pretende-se levantar elementos da realidade e relacioná-los com as elaborações teóricas em torno do trabalho camponês e do trabalho assalariado. Assim pretendemos realizar reflexões, apresentar questões para o debate teórico e organizacional, esses são desafios que vão além dos camponeses, precisam ser discutidos no âmbito da classe trabalhadora. Pretende-se também avançar na elaboração de questões sobre o significado político dessa articulação e sua importância no contexto atual. A sociedade brasileira vive um momento em que as organizações de esquerda tradicionais estão em crise, portanto discutir essa questão é fundamental para se construir novas organizações, que possam ter a centralidade na classe trabalhadora.

2.1– Formas históricas do trabalho e sua complexidade atual nos territórios da Luta pela Terra

Estudar os teóricos para entender as categorias como trabalho, trabalho camponês, trabalho assalariado, classe trabalhadora em suas particularidades, é fundamental no sentido de aprofundar e estreitar as articulações em torno das classes sociais e das relações de trabalho no campo. Para entender o trabalho camponês, precisamos ampliar o conhecimento em torno do trabalho e das formas e relações de trabalho no campo. Com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo no campo brasileiro, surgem novas contradições, resultado das mudanças das relações de trabalho estabelecidas entre os camponeses e os assalariados no campo. Essas contradições afetam e alteram diretamente as classes sociais e a luta de classes no conjunto da classe

trabalhadora ampliada. (THOMAZ JUNIOR, 2006)

O objetivo desse capítulo é entender, a partir de alguns autores e das pesquisas de campo e, portanto, a partir de informações primárias, o debate em torno da compreensão do trabalho, enquanto camponês, e do trabalho, enquanto assalariado, suas relações e as múltiplas determinações que rebatem nas contradições da luta de classes no campo e na sociedade brasileira em geral. Perceber as relações dos trabalhadores Sem Terra sejam, camponeses ou assalariados, enfim, esses agentes de transformação² do conjunto da classe trabalhadora, é o grande desafio.

Na verdade, somos desafiados a ampliar os horizontes de compreensão sobre a constante passagem da condição de assalariado (operário puro e proletário) para informais, da mesma maneira que setores do campesinato, não com a perda/negação do *status* de rebeldia e de capacidade de lutar contra o capital, mas de mudança na forma, no conteúdo e nos procedimentos de reação e resistência da classe trabalhadora. Pensamos que não é propriamente com o enquadramento do trabalho à categoria de semiproletário, *lumpen*, como demarcação para continuar mantendo o distanciamento desses contingentes da composição da classe trabalhadora, assim como com a defesa de seu descentramento, porque senão nos escapará o entendimento do rico e contraditório processo de redefinição das lutas e o conteúdo da dinâmica geográfica atual do trabalho, da renovação da composição da classe trabalhadora no século XXI. (THOMAZ JUNIOR, 2006, p.45).

No atual estágio do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, podemos afirmar que a situação da correlação de forças no campo é muito favorável à burguesia agrária, empresarial; e desfavorável aos camponeses e aos assalariados do campo. Essa lógica tende a radicalizar a exploração do campesinato e dos trabalhadores assalariados. Nota-se que o desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro vem crescendo permanentemente e que o capital no campo a cada dia precisa menos da massa camponesa e dos assalariados rurais, uma vez que, necessitam de mão de obra mais qualificada. Portanto, podemos afirmar que essa forma de organizar a produção diminui os trabalhadores no campo. Por outro lado, a massa de trabalhadores camponeses são "obrigados" a migrarem para outros setores.

É importante ressaltar que o desenvolvimento capitalista no campo foi e continua sendo financiado pelo Estado. As grandes empresas capitalistas estrangeiras foram se consolidando com a apropriação de recursos públicos, obtendo diversas formas de subsídios, alterando as leis brasileiras, como por exemplo, a lei dos transgênicos e,

2 Cf. MÉSZÁROS, 2007.

recentemente, a aprovação da reforma do código florestal. Esses fatores contribuíram para a consolidação e ampliação deste modelo de agricultura. O discurso de ser uma agricultura moderna com alta produtividade e geração de empregos é propagandeado todos os dias, com o objetivo de convencer a opinião pública desse projeto de desenvolvimento.

Mesmo sabendo que o agronegócio é uma falácia, que a lógica capitalista é destrutiva, que é um projeto com muitas contradições, resulta difícil combatê-lo. A luta contra hegemônica, mesmo sendo justa, se desenvolve de forma mais lenta, com avanços e retrocessos. Nesse sentido, os trabalhadores do campo cumprem um papel estratégico, não somente como resistência, mas principalmente com possibilidades de combater a lógica destrutiva do capitalismo. Existem possibilidades de reorganizar as formas de trabalho no campo e desenvolver um processo de participação dos sujeitos, "se camponês se operário"³, onde possamos ter trabalhadores com consciência de classe, com clareza do processo das lutas e das articulações com todos os explorados pelo sistema capitalista.

O agronegócio, como forma de organizar a produção no campo, fortalece a burguesia agrária como classe dominante e também as relações capitalistas de produção. O que precisa ficar claro é que esse é o projeto do Estado brasileiro, fortalecido nas últimas duas décadas⁴.

Com efeito, isso tudo ganha em intensidade nos últimos anos, especialmente devido à inexistência de políticas públicas de reforma agrária e projetos do Estado e dos governos que não privilegiam alternativas de interesse dos trabalhadores, porém consolidam o projeto de sociedade fundado nas grandes empresas, na concentração fundiária e na marginalização social de milhões de famílias camponesas, e de trabalhadores que se veem constantemente ameaçados, em conformidade com os interesses do capital e do Estado. (THOMAZ JUNIOR 2009, p.76).

Para "os pobres do campo" estão restando políticas públicas compensatórias, como forma de manter os trabalhadores sob o controle do Estado, o que nos faz concluir que essa lógica faz parte da estratégia dominante. Quase a totalidade das políticas públicas compensatórias amortecem as lutas populares, diminui a luta pela terra e

3 Cf. THOMAZ JUNIOR, 2008.

4 Com a crise do neoliberalismo, do livre mercado, o Estado brasileiro intensificou os subsídios para o agrohíbrido, principalmente nos governos Lula e Dilma, mostrando claramente a opção de classe do atual governo, e da composição política do Estado.

enfraquece os movimentos populares.

A grande maioria dos trabalhadores camponeses e familiares segue como exemplo a lógica da burguesia agrária, reproduzindo o modelo dominante, utilizando tecnologia, sementes, agrotóxicos, tornando-se dependentes do modelo dominante, assume o projeto capitalista nas unidades de produção camponesa e familiares, reproduz a forma de produção nas pequenas propriedades tendo como referência as grandes propriedades do agronegócio.

Em meio a esse turbilhão, reproduzem-se relações capitalistas e não essencialmente capitalistas para garantir o projeto hegemônico do capital, a dominação de classe e o controle social. O desenvolvimento desigual e combinado desse processo é a chave para entendermos as diversas formas que o capital utiliza para praticizar a exploração, a subordinação, a expropriação, a sujeição, enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução. (THOMAZ JUNIOR, 2009, 76).

De forma indireta, os camponeses reproduzem relações de produção capitalistas no momento que usam todos os insumos produzidos pelas empresas capitalistas. O sentido amplo de entender a reprodução das relações capitalistas (além do trabalho assalariado), parte do entendimento que o capitalismo se reproduz de diversas formas, considerando-se as diferenças de uma região para outra, mas quando uma família camponesa utiliza os produtos produzidos pelo agronegócio, ele reproduz diversas relações capitalistas anteriores e segue a mesma lógica, mesmo sem contratar mão-de-obra assalariada.

Também podemos analisar os assalariados rurais que na sua maioria vivenciam processos de exploração da sua força de trabalho de forma desumana, degradante, precária, e perdem alguns direitos conquistados anteriormente. Cada vez mais os assalariados rurais são precarizados, muitas vezes perdem sua capacidade de ser sujeito ativo na luta de classes, perdem sua capacidade de se rebelar por medo de perder o único trabalho que lhe sobrou.

Os trabalhadores assalariados no campo brasileiro, na maioria das vezes não têm um território fixo, são migrantes, vivem de um lugar para outro em busca de um salário melhor. Essa realidade dificulta a organização dos assalariados rurais, uma vez que, esse tipo de organização geralmente apresenta uma estrutura definida e localizada, a qual, geralmente não acompanha o movimento e a dinâmica destes trabalhadores.

Os territórios camponeses e os territórios da reforma agrária são fixos, muitas

vezes frutos da luta pela terra, mas mesmo assim temos uma especificidade importante que precisamos analisar com bastante profundidade. Esses territórios não são homogêneos, muito pelo contrário, são bastante desiguais e com várias particularidades locais. O esforço é destacar questões relevantes para compreender as relações das formas de trabalho que se aproximam dos territórios da reforma agrária.

A centralidade em estudar o processo de trabalho nos territórios da reforma agrária, suas relações com o modelo de produção capitalista, compreender as relações de produção e de trabalho, trabalho camponês e trabalho assalariado, trabalho precarizado, buscando entender a resistência e os enfrentamentos dos sujeitos que lutam pela terra e por trabalho, são questões estratégicas na luta de classes e no desafio para construir um projeto sociometabólico contra o capital. Essas categorias clássicas se apresentam nas discussões teóricas e se materializam de várias formas nos territórios da reforma agrária.

As influências da produção capitalista, seja na grande ou na pequena propriedade, foram alterando as relações de produção e as relações sociais das comunidades do campo. Dessa forma, o processo de produção capitalista e de reprodução da lógica capitalista, na medida em que se utilizam, na pequena propriedade, do mesmo modelo da grande propriedade, resultam na transformação das relações sociais, dos valores e do modo de vida camponesa, ou seja, ocorrem transformações na forma do trabalho camponês e na família camponesa.

Essa questão é observada quando os camponeses utilizam o pacote tecnológico da grande propriedade, pois, a partir do momento em que são produzidas pequenas monoculturas, o modo do trabalho familiar é alterado. Assim, temos um processo de mudanças da forma de trabalho e das relações sociais antes estabelecidas, de forma bastante lentas, porém permanentes. A família vai diminuindo a produção de alimentos e começa arrendar pequenas porções de terra, o que culmina na busca pelo trabalho de forma assalariada, mesmo vivendo inicialmente na comunidade camponesa.

Outro fator que se apresenta nesses territórios é o trabalho precarizado, seja enquanto camponês ou nas diversas formas de trabalho assalariado. Todos sabem que o trabalho no campo, principalmente quando não se tem tecnologia apropriada, é bastante árduo e difícil. Enfrentar as várias estações da natureza, somente com os braços, é um esforço algumas vezes "sobrenatural", e na maioria das vezes precisam contar com a sorte para ter uma boa colheita. Essa realidade desumaniza a forma de trabalho camponês, precariza as relações sociais estabelecidas e faz com que o trabalhador desse

processo desanime e procure outras formas de trabalho.

Nesse sentido, os trabalhadores camponeses buscam outros caminhos, tentam ter mais estabilidade, buscam aumentar sua renda e vão se assalariando, talvez não por gostar, mas como uma necessidade de estabilidade financeira, “faça chuva ou faça sol tem um ganho”⁵.

As formas de trabalho assalariado que restam aos camponeses também são precarizadas. O esforço braçal desses trabalhadores, muitas vezes, é efetivado como se esses ainda estivessem no campo, mas a busca pelo salário fixo no final de cada mês faz com que se submetam. Infelizmente, esses trabalhadores não levam em conta a precarização a qual estão submetidos. Portanto, cabe questionar o que faz esses trabalhadores (camponeses ou ex-camponeses, assalariados), se submeterem a um salário, muitas vezes, tão baixo e não se mobilizarem?

Destacamos nos territórios da luta pela terra⁶ contradições existentes nas relações de trabalho, principalmente nos assentamentos consolidados há vários anos, trabalhadores que conquistaram a terra através da luta pela reforma agrária. Esses trabalhadores enfrentam, resistem e reproduzem o modelo do agronegócio.

Várias experiências de trabalho camponês nas comunidades são sufocadas pela hegemonia capitalista, que se materializam com o uso do pacote tecnológico, do trabalho assalariado e do arrendamento da terra para os camponeses capitalizados. Outros camponeses resistem à imposição do agronegócio e procuram algumas alternativas de produção, como por exemplo, a produção agroecológica.

Essa reflexão é posta em cena fundada na perspectiva política, pois nos assentamentos vivem trabalhadores, homens, mulheres, crianças que sonham e lutam por dignidade para todos aqueles que vivem do trabalho, como os próprios Sem Terra. Contradições que merecem um debate amplo com todas as forças populares, na perspectiva do fortalecimento das alianças da classe trabalhadora.

2.2– Assentados da Luta pela Terra: Desafios e perspectivas

Podemos destacar três níveis de trabalhadores nos assentamentos: primeiramente, temos o grupo daqueles que geram renda excedente, talvez esses se

5 Depoimento de um camponês durante a realização de entrevista, no Assentamento Contestado.

6 Acampamentos e assentamentos, sendo que, destacamos aqueles sob influência política do MST.

aproximem dos camponeses pequenos burgueses⁷; o segundo grupo são aqueles que reproduzem a vida camponesa, ou seja, trabalham em sua posse⁸ e buscam reproduzir-se com sua própria produção; e o terceiro são os assalariados, os quais não somente vendem a força de trabalho para outros assentados, como também trabalham para os vizinhos mais capitalizados, e ainda, na conjuntura atual, vão trabalhar nas cidades em várias frentes de trabalho e para as grandes empresas do agronegócio. Marx (1988) faz a classificação das classes sociais de forma mais ampla na sociedade, porém se fizermos um recorte para o campo, essas elaborações contribuem para relacionarmos com o conjunto das classes na sociedade capitalista.

Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção. (MARX, 1988, p.99).

Marx tenta simplificar a explicação das classes sociais na referência acima, porém, não deixa claro onde estão os camponeses. Podemos interpretar e reforçar que os trabalhadores de simples força de trabalho são os operários assalariados, independentemente de serem do campo ou das cidades; quanto aos proprietários de capital, podemos afirmar que são a burguesia capitalista e as transnacionais do agronegócio. Mas quem são os proprietários de terras? Os latifúndios? Como ficam os pequenos camponeses e os assentados, nessa base teórica?

A preocupação de Marx era entender a sociedade burguesa e a preocupação desta pesquisa está centrada no entendimento das relações de trabalho e da classe no campo hoje, principalmente os trabalhadores Sem Terra. No diálogo estabelecido durante a pesquisa foram surgindo elementos importantes que ficaram muito claros algumas das afirmações de Marx, mesmo entendendo que o momento histórico é outro, mas podemos fazer uma relação entre a teoria e a prática. Seguem alguns destes elementos de reflexão e análise. Difícil demonstrar a partir da pesquisa, mas são reflexões, questões, que aparecem de várias formas na realidade pesquisada, claro que merecem ser aprofundadas, mas inicialmente são importantes para interpretar a realidade a partir do Assentamento Contestado e fazer algumas mediações com o conjunto de

7 Camponeses capitalizados que reproduzem as formas de produção do agronegócio.

8 Propriedade é quando o assentado tem o título da terra, posse é quando a família tem somente o contrato e apenas usa a terra para sua sobrevivência.

assentamentos rurais.

O primeiro grupo de trabalhadores Sem Terra assentados, os pequenos burgueses, podemos analisar a partir da concepção de Lênin como pequena burguesia, porque são aqueles que se capitalizaram, com máquinas, uso de alta tecnologia para o plantio e normalmente exploram outros assentados e arrendam o lote dos vizinhos. De fato, esses trabalhadores obtêm uma renda da terra maior, pois se apropriam da terra e do trabalho dos outros camponeses, conseguem plantar uma maior extensão de terra, principalmente porque são capitalizados, são mais estabilizados economicamente. É interessante observar que esses são muito mais individualistas, inserindo-se no mercado capitalista e, além de reproduzirem a ideologia capitalista, são os primeiros a se tornarem contra a organização, se articulam com as cooperativas do agronegócio e com partidos e organizações da classe dominante.

Mesmo assim, continuam "camponeses capitalistas", assumem uma posição de classe conservadora. Esses sujeitos estão presentes nos territórios da reforma agrária e no campo brasileiro, não são grandes proprietários, mas fazem de sua pequena propriedade uma "grande fazenda". Para essa contradição, qual é a denominação conceitual para esses sujeitos? Reforço que são camponeses burgueses, com certeza diferente dos camponeses da Rússia, mas presentes no contexto atual brasileiro.

O segundo grupo de trabalhadores Sem Terra assentados, os camponeses, são aqueles que se reproduzem em seu lote de terra com muitas dificuldades e muito trabalho. Esses trabalhadores conseguem produzir para o autoconsumo e em algumas vezes produzem um pouco de excedente para estabelecerem trocas no mercado, com vistas a comprar outras mercadorias que não produzem na terra. A renda mensal produzida por esses trabalhadores é muito pequena, às vezes é muito menor que um salário mínimo. Vivem abaixo da linha de pobreza. Parte desses trabalhadores é beneficiada pelas políticas públicas compensatórias, principalmente o programa bolsa família e a aposentadoria rural que servem como rendas complementares. Essas famílias normalmente têm alguém que vende sua força de trabalho, ganha um salário e investe na melhoria de sua casa ou mesmo de sua produção, com a expectativa de produzir mais na próxima safra.

A maioria desses trabalhadores sonham em se tornar pequenos burgueses, portanto, vão reproduzindo a mesma lógica capitalista, alguns fazem o plantio utilizando a tecnologia do agronegócio, usam as mesmas sementes, fertilizantes, agrotóxicos, acabam dependendo e reproduzindo e muitas vezes se afundam em dívidas,

esse processo é meio caminho para arrendar sua terra e no ano seguinte se assalariar temporariamente.

O outro passo é vender a terra conquistada e se proletarizar nos centros urbanos. Mesmo os Sem Terra camponeses, que produzem alimentos baseados numa matriz agroecológica, algumas vezes têm seus filhos buscando trabalho fora do assentamento, quase sempre com o objetivo de ter um salário, uma renda maior, mas também em busca de espaços de diversão e lazer que muitas vezes não encontram nos territórios da reforma agrária. Também por querer fugir do trabalho camponês, historicamente rebaixado pela classe dominante. Na realidade, a tendência principal da maioria dos Sem Terra camponeses é fazer parte do terceiro grupo, ou seja, tornarem-se assalariados.

O terceiro grupo de Sem Terra assentados, os assalariados, são aqueles que não vivem mais da renda da terra, pois não conseguem produzir o suficiente para garantir o seu sustento e o de sua família. Estes, geralmente não conseguem acessar os créditos, pois, na maioria das vezes, não conseguem produzir o suficiente para pagar as dívidas do ano anterior.

Outro fator importante desse grupo é a ilusão de que usando e reproduzindo a lógica do agronegócio teria uma renda maior. Essa falsa ideia faz o trabalhador não se preocupar com a diversificação da produção de alimentos, ou seja, dependem totalmente do mercado, e quando a produção é baixa, a crise e a falta de alimentos faz com que os camponeses busquem trabalho externo, o que culmina no arrendamento dos lotes e na venda da sua força de trabalho. Assim, mesmo que esses camponeses ainda mantenham o lote de terra conquistado pela luta, eles estão condenados a deixar os assentamentos, aumentando a população urbana nas periferias das grandes cidades.

Esses trabalhadores já não vendem mais sua força de trabalho internamente nos territórios da reforma agrária, muitos trabalham no corte da cana-de-açúcar, da madeira, nas usinas de beneficiamento e nas madeireiras, se integram ao mundo do trabalho urbano, principalmente na construção civil, no setor de serviços e poucos se integram nas indústrias. No Assentamento Contestado, mais especificamente, o trabalho assalariado se destaca nas agroindústrias locais, na construção civil, vão e voltam nas diversas possibilidades do trabalho informal. Parece-me que a citação de Lênin (1988), explica a situação do campesinato russo no início do século XXI, mesmo sendo do século passado, algumas características se aproximam da realidade dos trabalhadores do campo na atualidade, principalmente quando analisamos os trabalhadores Sem Terra.

O proletariado rural (...) envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra." Esse novo ator social do campo russo, que se caracteriza pela venda de sua força de trabalho, de forma sistemática ou eventual, e possui metade dos estabelecimentos agrícolas. (...) possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho, seu nível de vida é extremamente baixo. (LÊNIN, 1988, p. 116).

O esforço em classificar os trabalhadores Sem Terra na perspectiva clássica é devido à importância política construída por esses trabalhadores no momento histórico atual. Devemos levar em conta que essas formas de trabalho nos assentamentos se alteram, pois em algumas regiões se destacam mais a pequena burguesia nos assentamentos; em outras, os camponeses se reproduzem; e, em outras ainda, o assalariamento é maior. Existem de fato essas diferenças de um assentamento para outro. A realidade das formas de trabalho nos territórios da reforma agrária não é homogênea em todos os assentamentos.

Esse processo não é algo particular nos territórios da reforma agrária, pois os territórios camponeses e as comunidades do campo passam pelo processo de desterritorialização. Pequenos camponeses arrendam suas terras para grandes produtores do agronegócio, situação essa que reforça a perda da identidade camponesa. Algumas famílias vão para os acampamentos e ocupações de terras, mas a grande maioria sai em busca de trabalho, no plantio e corte de pinus e nas madeiras locais, e outros saem para trabalhar nas periferias das grandes cidades do Paraná e de Santa Catarina, onde buscam principalmente a construção civil e os diversos trabalhos informais.

Podemos destacar o desenvolvimento capitalista na agricultura como grande impulsionador dessas diferenças na agricultura camponesa e, nesse caso, do campesinato de forma geral, e mais especificamente ainda nos territórios da reforma agrária. Podemos destacar que as contradições do capitalismo na agricultura e todas as lutas de resistência dos movimentos camponeses, o que é real é o processo de expulsão dos camponeses de suas terras e a concentração das terras nas mãos dos grandes latifundiários e empresas agrícolas, inclusive esse processo é visível nos próprios assentamentos no sul do Paraná. Nas regiões em que o capitalismo é mais desenvolvido na agricultura, percebe-se a diminuição do campesinato, talvez estas afirmações não tenham comprovação nessa pesquisa, mas é uma hipótese ou um problema vivenciado pelos camponeses destes territórios, futuramente merece ser aprofundado.

Na medida em que os camponeses se apropriam do uso da tecnologia, principalmente das máquinas e do pacote tecnológico, diminuem o trabalho familiar, ou seja, o trabalho que era realizado pelos filhos e filhas dos camponeses é substituído pelo uso da tecnologia. Por outro lado, a tecnologia, que deveria ajudar a libertar os camponeses do trabalho precarizado do dia a dia, propiciando a realização de outras atividades que ampliassem seu nível de conhecimento, infelizmente não ocorre. Talvez a questão mais complicada seja o tipo (ou qual tipo?) de tecnologia os camponeses utilizam. Está muito claro que o modelo tecnológico não foi pensado para a pequena propriedade. Na medida em que o pequeno agricultor utiliza a tecnologia pensada para as grandes propriedades, acabam perdendo sua identidade e capacidade de manter o núcleo familiar. A forma do trabalho camponês se desorganiza e são estabelecidas outras relações sociais diminuindo a capacidade de resistência.

Esse processo do desenvolvimento do capitalismo no campo altera as relações sociais nas comunidades camponesas, diminui a capacidade de resistência na medida em que o campo vai ficando cada dia mais esvaziado, e parte daqueles que se mantêm no campo se assalariam como forma de elevar a renda familiar.

Segundo algumas entrevistas realizadas no Contestado e observando os camponeses, principalmente os jovens, que saem trabalhar de forma assalariada e que conseguem uma renda maior que no campo, regressando somente para visitar suas famílias, nota-se a perda da identidade camponesa. A reprodução de vícios e desvios impostos pelo sistema capitalista surge de forma gritante, como por exemplo, o consumo de álcool, o estilo de músicas, o modo de vestir. Pode ser que esses elementos da cultura não sejam centrais na análise do trabalho, mas implicam numa contradição difícil de resolver nas comunidades, as quais precisam ser estudadas com mais profundidade.

O modo de vida camponês é brutalmente modificado, pois as contradições que surgem nessa relação alteram os valores, a identidade dos camponeses e a consciência dos trabalhadores nas comunidades camponesas, gerando modificações na vida dos sujeitos envolvidos nessa realidade. Isso significa o fim do campesinato? Todos os camponeses vão se tornar assalariados? É possível ser camponês e assalariado ao mesmo tempo? Será que essa realidade está indicando a necessidade de ampliar a compreensão da classe trabalhadora? Como construir alianças de classe?

[...] o conjunto de contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato (...) O campesinato antigo

não se „diferencia“ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. (LENIN, 1988, p. 113-114).

Questões como estas devem ser analisadas com muita atenção e fundamentá-las em pesquisas, pois o importante nesse momento histórico é acumular forças, seja camponês, seja assalariado, desde que esteja em luta contra o capitalismo e dispostos a fortalecer a classe trabalhadora. Para Lênin (1988), esse processo significa o fim do campesinato, é claro que ele estava falando do campesinato russo. Não sabemos se na atualidade isso significa o fim do campesinato, mas com certeza esse processo transforma as relações de trabalho no campo e recoloca os posicionamentos das classes. Portanto, aprofundar o conhecimento através da pesquisa pode ser o caminho para entender as contradições do capitalismo contemporâneo e como isso influencia as relações existentes entre o trabalho camponês e o trabalho assalariado nos territórios da reforma agrária.

Mesmo que essa discussão não seja o eixo principal da pesquisa, as reflexões colocadas representam uma preocupação do pesquisador, na medida em que as comunidades camponesas e os assentamentos mais velhos passam por esse processo de esvaziamento, pode ser conjuntural, mas mesmo assim merece ser colocado como para o debate. Mais adiante vamos analisar a tabela relacionada ao Assentamento Contestado e analisar com mais profundidade essa questão.

2.3– Fundamentos teóricos sobre o campesinato na obra de Marx

Na efervescência da luta de classes na Europa durante os séculos XVIII e XIX, destacou-se a classe operária em seus enfrentamentos cotidianos contra a monarquia/nobres/burgueses, através de lutas importantes com o intuito de consolidação da classe trabalhadora. Os camponeses, em um primeiro momento, exerceram um papel destacado, demonstraram sua força no movimento revolucionário e contrarrevolucionário daquele contexto.

Vale lembrar que nesse momento histórico a população da Europa era basicamente rural, uma sociedade cheia de contradições com interesses em disputa, na qual as forças sociais estavam em movimento permanente de busca de afirmação

enquanto sujeitos. Dessa forma, a disputa das classes ainda em transição e se definindo, foram se firmando a partir de seus interesses.

Na obra 18 Brumário, Marx analisa a condição de classe dos camponeses franceses:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 1988, P. 115).

Constata-se, portanto, que os critérios utilizados por Marx para definir os camponeses são:

- a) Suas condições econômicas diferenciadas do restante da população. Marx estava diferenciando as relações econômicas dos camponeses pela sua relação com a agricultura, com a terra e com a propriedade privada da terra, ou seja, os camponeses normalmente têm um meio de produção, que é a terra, por isso produzem alguns alimentos vindos do seu trabalho. A diferença é grande em relação aos trabalhadores das cidades, que não são donos de nenhum meio de produção e para reproduzirem como tal precisavam vender sua força de trabalho, seu único bem. Ou seja, precisam encontrar alguém que lhes pague um salário, o que parece simples, porém para os trabalhadores das cidades conseguirem um trabalho, na maioria das vezes é um grande desafio.
- b) Nesse contexto os camponeses construíram seu próprio "modo de vida", suas relações com os senhores, suas formas de organizações com grande influência do feudalismo e de valores religiosos, mantinham-se as formas de trabalho, grande parte dos camponeses tinham características herdadas dos servos e das glebas, isto é, trabalhadores com sua forma de vida dependente da estrutura social daquele contexto, mesmo que não fossem escravos, tinham dificuldades em abandonar seus lotes de terra e se tornarem assalariados. O período entre a revolução francesa (1789) e a revolução de 1848, foi marcado pelas disputas das formas de propriedade, ou propriedades estruturadas em processo de concentração e expulsão dos camponeses de seus pequenos lotes de terra.
- c) Os interesses dos camponeses historicamente estiveram centrados na propriedade

privada da terra, mesmo que sua função fosse diferenciada da grande propriedade. Os interesses dos camponeses nesse contexto reforçam claramente essa questão, pois em um primeiro momento houve uma aproximação com as lutas proletárias, mas os interesses dos proletários na maioria das vezes foram de distribuição dos meios de produção. Na revolução francesa, ficou claro que os interesses camponeses eram outros, e na medida em que sua prioridade era manter a propriedade privada a luta dos proletários ameaçava seus interesses, razão pela qual acabaram por se aproximarem dos interesses da burguesia em crescimento⁹.

d) Todas essas relações particulares levantadas a partir de relações de trabalho no campo construíram uma "forma de vida", de relações sociais e culturais muito específicas. Muitas vezes, esse isolamento provocou a constituição de culturas singulares e limitadas a territórios específicos. O modo de vida camponês no contexto histórico de Marx estava em transição, pois o feudalismo havia se desmoronado e o capitalismo estava se consolidando, foi um momento histórico de passagem de um modo de produção para outro, e a maioria da população era camponesa.

Nesse sentido, afirmava Marx (1988) que quando “milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe”. Esse processo de isolamento das outras lutas nesse período, fez com que a classe camponesa se firmasse em oposição à forma de vida dos trabalhadores assalariados. Poderíamos afirmar que os camponeses se firmaram como classe em oposição ao modo de vida dos trabalhadores proletários, pois tinham a terra como meio de produção.

É importante destacar que na maioria das vezes os interesses dos camponeses se aproximam muito mais dos interesses da nobreza e da burguesia, pois no seu imaginário estão as relações da propriedade privada como meio de produção, portanto, se opõem aos interesses do proletariado, que não detém nenhum meio de produção.

Podemos concordar ou não com esses elementos, se os camponeses vivem isolados em sua pequena propriedade, não mantêm relação com a comunidade, suas relações sociais se dão somente na família, quando muito com um vizinho, seu nível de sociabilidade fica limitado e sua compreensão, mais limitada ainda. Esse camponês encontra enormes dificuldades de conviver e viver em comunidade, e quanto mais

9 Cf. MARX, 1987.

isolado da comunidade, menor sua consciência de classe. Portanto, percebe-se que nos territórios da reforma agrária, os camponeses que se isolam, reproduzem exatamente esta situação, enquanto que os camponeses que convivem nas comunidades e participam dos processos de luta, ampliam sua visão de mundo compreendendo melhor as contradições que os enredam e tornando sua consciência de classe mais aguda.

Marx deixa claro que, quando o camponês vive isolado, sem ligação com qualquer comunidade exterior à sua, ele é apenas indivíduo e não classe. Ou seja, viver no campo não significa possuir identidade ou sentido de pertencimento à classe camponesa. O mesmo acontece com o proletariado, pois viver na cidade e ser assalariado não significa reconhecer-se no proletariado. (infelizmente, para a grande maioria esmagadora isso não tem sentido, senão a revolução era iminente).

Podemos levantar questões para pensar: como o trabalhador pode ter consciência de classe? Quais os desafios que o trabalhador enfrenta para ter consciência de classe? Por que alguns trabalhadores, mesmo fazendo o mesmo caminho, não têm consciência de classe? Essas perguntas são importantes, pois nos ajudam nas reflexões e interpretações atuais dos sujeitos do campo, assim como na compreensão da classe trabalhadora no seu contexto mais amplo. De fato, precisamos ter claro quais são os sujeitos do cenário atual da luta de classes.

A separação entre os trabalhadores e a propriedade, das condições de realização do trabalho, é base para a produção capitalista. No momento em que garante e reproduz essa separação de forma crescente, cria a relação-capital¹⁰. Esse processo transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção do capital, e por outro, os produtores em trabalhadores assalariados.

Essa relação complexa se coloca como central nos dias atuais, principalmente quando precisamos reler as contradições do mundo do trabalho com o desafio de entendê-las teoricamente, buscando construir formas de atuação política consistente e capazes de se opor radicalmente ao capital. Essas relações perpassam o conjunto dos trabalhadores, sejam eles operários, camponeses, informais e/ou autônomos. A relação-capital, pouco entendida teoricamente, muitas vezes não é levada em conta nas análises conjunturais e estruturais do capitalismo atual.

Cumpra pensarmos o capital como um modo historicamente determinado de

10 Cf. MÉSZÁROS, 2007.

controle da reprodução sociometabólica. Esse é o seu significado fundamental. Penetra em todos os lugares. Com certeza, o capital é também uma entidade material, mas muito além disso, o capital penetra no mundo da arte, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade. (MÉSZAROS, 2007, p.68).

Se olharmos para as relações de trabalho no campo, podemos ter leituras diferenciadas da realidade, diversas interpretações das mesmas contradições. O aspecto central para entender a luta de classes no campo é perceber dialeticamente o movimento das transformações da realidade e da luta de classe, das contradições existentes entre camponeses, assalariados e a burguesia agrária. Assim, podemos entender historicamente as relações hegemônicas do capitalismo na agricultura brasileira e confrontá-las com a classe trabalhadora, sejam camponeses e/ou assalariados. Caso contrário, podemos não entender que a totalidade capitalista está entrincheirada também nas relações de trabalho no campo. Muitos desses trabalhadores sejam eles, assentados e/ou camponeses, não se percebem como sujeitos em movimento, não se percebem como classe, a maioria não se realiza com seu próprio trabalho.

Essas questões continuam atuais. Porém, precisamos fazer um esforço teórico-metodológico para entender as particularidades do campo e como essas forças se estruturam na atualidade. Se analisarmos o Brasil de hoje, poderíamos definir as relações de classe no campo como os proprietários de capital, ou seja, a burguesia transnacionalizada representante dos setores agrário, industrial e financeiro, proprietária dos meios de produção, terras, sementes, máquinas, armazéns, beneficiamento, transporte, distribuição, hoje conhecida pela implantação do agronegócio fortemente impulsionado por políticas do Estado brasileiro. O capital financeiro tem o domínio do projeto hegemônico desta classe que controla de modo absoluto o sistema produtivo da agricultura no país e não está interessada em produzir para o mercado interno, mas sim para as exportações. É importante destacar que nos últimos governos, essencialmente nos dois mandatos do presidente Lula, o agronegócio consolidou-se como um dos pilares da economia brasileira. Produtos como cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, eucalipto para produção de celulose, a grande produção de soja, de laranja e de carne, aumentaram o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. E, nesse mesmo período, o Brasil não só aprovou a produção de sementes transgênicas, como se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. A burguesia agrária, devidamente consorciada em torno de seus amplos interesses, atua de modo agressivo na

desregulamentação de políticas voltadas para o setor visando à facilitação da produção de *commodities*. Esse é caso recente da reforma do Código Florestal, onde se legitima a prática da grilagem e dá continuidade ao desmatamento de áreas de floresta e matas ciliares, incluindo a Amazônia brasileira. A bancada ruralista, claramente defende a ampliação da fronteira agrícola como forma de ampliar seus lucros e intensificar a concentração da terra, da propriedade e da riqueza nas mãos de poucos.

Por outro lado, os trabalhadores assalariados, sujeitos não são proprietários dos meios de produção, vendem sua força de trabalho, seu único bem, para o proprietário capitalista e compõem segmento fundamental do proletariado. Essa força de trabalho materializa a produção de riquezas das agroindústrias, das grandes empresas agrícolas vinculadas ao agronegócio. Temporariamente, são utilizados por médios e pequenos produtores (suficientemente capitalizados) que os empregam na colheita de frutas e corte de madeira/celulose (casos do nordeste, sul e sudeste); no corte da cana de açúcar (casos do centro oeste, sudeste e nordeste). Aqui podemos incluir parte dos camponeses com terra e sem terra, assentados, que se metamorfoseiam, em alguns momentos, como trabalhadores temporários ou permanentes, no campo e na cidade, quase sempre informais e precários. Podemos destacar que os camponeses com pouca terra e os trabalhadores Sem Terra vivem todos esses processos, esse problema é visível no Assentamento Contestado. Em função dessa situação, alguns assentamentos também estão sofrendo um preocupante esvaziamento, porque seus moradores convertem-se em trabalhadores assalariados em busca de uma renda maior. Esse processo vem ocorrendo nos assentamentos consolidados onde os sujeitos Sem Terra eram filhos de camponeses, arrendatários, meeiros, etc., trabalhadores que viviam historicamente do trabalho camponês, e, principalmente nos assentamentos novos onde os trabalhadores já viveram a condição de trabalhadores informais em condições muito ruins nas periferias das grandes cidades, voltando para os assentamentos, no entanto, não conseguindo se consolidar como camponês voltam ao trabalho precário da informalidade. A questão é se esses trabalhadores Sem Terra vão permanecer com seu lote de terra ou se vão definitivamente viver nas cidades. Esse processo ocorre principalmente COM os trabalhadores jovens. Independente de ser trabalhador do campo ou da cidade pertencem à classe trabalhadora, pois às vezes parece um problema quando entendemos o camponês ou o operário como classes específicas. Percebam que na política e na luta nos tornamos mais fracos, o corporativismo se torna maior que o projeto estratégico.

A aliança campo e cidade historicamente fazem parte dos processos

revolucionários e com certeza é estratégico criar relações políticas e ideológicas que fortaleçam essa relação. Talvez hoje falte uma organização que aglutine o conjunto dos trabalhadores que vivem do trabalho, independentemente de serem camponeses operários das fábricas ou trabalhadores dos outros diversos setores da informalidade.

Existe uma heterogeneidade, uma diferenciação entre os camponeses, percebe-se a pequena burguesia que desenvolve uma agricultura familiar capitalizada com posse de alguns meios de produção e tecnologia, e na qual podemos incluir parte dos assentados da reforma agrária. Esse grupo atua politicamente conforme a conjuntura. Em alguns momentos se alia ao agronegócio e em outros se alia ao proletariado. Também se percebe que os camponeses com terra e sem terra, podem ainda ser considerados, em muitos casos, trabalhadores assalariados temporários ou permanentes.

Por último, afirmamos que existe uma pequena parte do campesinato com consciência de classe, mesmo que possuam pequenas propriedades, esses estão vinculados às organizações populares e sindicais, participam das mobilizações e lutas populares. Devemos destacar que os camponeses com consciência de classe são uma pequena parte, esses são o motor da luta de classes no campo. Esses sujeitos formam sua consciência de classe e, na medida em que participam ativamente dos processos de lutas, assumem tarefas orgânicas nas organizações, fazendo parte dos processos de estudos realizados pelas organizações. Na maioria das vezes, esses camponeses não recuam ideologicamente e continuam praticando os valores humanistas e socialistas em suas relações cotidianas. Esses fatores da formação da consciência se comprovam com a participação de trabalhadores nos processos de lutas e mobilizações da classe trabalhadora, pois, na medida em que deixam seu trabalho no campo e dedicam tempo de suas vidas nas lutas populares demonstra um nível de consciência de classe, um compromisso maior com o todo da classe, não só com as lutas camponesas.

2.4– Campesinistas e descampesinistas

Depois de refletir e perpassar rapidamente temas colocados por Marx, em relação ao campesinato e às classes sociais, pretendeu agora analisar questões que alguns pensadores trazem sobre o fim e a permanência do campesinato, sempre tentando buscar elementos teóricos.

2.4.1– A contribuição de Lenin e Chayanov nos estudos sobre o campesinato

Lênin (1988) analisou o capitalismo na Rússia (aliás, muito mais atrasado que o capitalismo ocidental) e como o desenvolvimento capitalista na agricultura foi se estruturando. Para isso, estabeleceu uma polêmica contra o populismo russo que acreditava na homogeneidade e na estabilidade da sociedade camponesa, aspectos esses, que seriam capazes de abortar o desenvolvimento capitalista do país. Realizou duras críticas a essa concepção e elaborou reflexões a respeito do assunto, que continuam atuais na pauta política. Afirmava que o desenvolvimento capitalista na agricultura transformaria o campesinato em proletários, e, para comprovar essa afirmação, desenvolveu um estudo detalhado do campo russo sobre o qual elaborou análises de fundamental importância. Por outro lado, Chayanov (1974) estudou as unidades econômicas de produção camponesas, tentando entender e resolver problemas locais da economia camponesa. Diferentemente de Lênin, não teve o interesse de estudar a economia nacional, nem mesmo relacionar os seus estudos particulares com a totalidade capitalista. A partir dessas análises, duas compreensões distintas e complexas surgem sobre o caminho percorrido pelos camponeses russos.

De fato, as relações internas do campesinato são contraditórias, sendo difícil encontrar uma teoria capaz de explicá-lo em sua totalidade, até porque as formas de trabalho que os camponeses desenvolvem são bastante diferentes, mesmo dentro de cada país, ou mesmo dentro do próprio estado. O campesinato antigo era composto pelos camponeses com características feudais e produções mercantis ainda existentes na Rússia do início do século XX. Logicamente que, sob o modo de produção capitalista, eles deixariam de existir como tal, incorporando-se, de algum modo, ao novo processo de produção dominante capitalista, uns se tornariam donos dos meios de produção, e outros, venderiam sua força de trabalho. Estabelecer-se-ia um processo de desintegração do campesinato, onde os camponeses pobres deixariam de ser camponeses e se tornariam proletários, assalariados temporários e permanentes, processo esse, que Lênin já considerava de proletarização.

Se o modo de vida camponês estava em um processo de desintegração, outras formas de trabalho e organização econômica, social, política surgiriam com características do capitalismo na Rússia, e com o tempo substituiriam as características anteriores. Lênin analisou esse momento histórico e concluiu que os camponeses feudais seriam substituídos pelo proletariado rural e pela burguesia rural, ou seja, alguns

concentrariam mais propriedades, produziriam para a indústria e para o mercado, enquanto outros se tornariam assalariados, venderiam sua força de trabalho para a burguesia rural em troca de salários, e com isso poderiam consumir os produtos produzidos pela indústria. Esse processo seria desenvolvido de forma lenta e gradual, até que os camponeses acabassem e fossem substituídos totalmente pelos assalariados. Os camponeses seriam uma classe em transição, pequena parte dela atingiria a condição social de burguesia rural enquanto a grande massa se tornaria proletária, sendo parte dela formada de assalariados rurais e a outra de assalariados empregados na construção civil e na indústria capitalista.

O proletariado rural (...) envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra. Esse novo ator social do campo russo, que se caracteriza pela venda de sua força de trabalho, de forma sistemática ou eventual, e possui metade dos estabelecimentos agrícolas. (...) possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho, seu nível de vida é extremamente baixo. (LÊNIN, 1988, p. 116).

Os camponeses pobres, com pequenos pedacinhos de terra, aqueles com estabelecimentos ínfimos, possuíam metade dos estabelecimentos agrícolas na Rússia, esses colocavam seus estabelecimentos para arrendamento e trabalhavam como assalariados para a burguesia rural e para as indústrias. Esse novo sujeito social no campo, essa nova forma híbrida de trabalho no campo, um "camponês assalariado" com terra, mas buscando renda fora dela, (dono do meio de produção) se tornaria definitivamente um proletário e não mais um camponês, sua terra já arrendada seria adquirida pela grande burguesia.

É importante destacar que as idéias e as reflexões que Lênin realizou em outro contexto, em outra realidade, parecem estar presentes na atualidade do campo brasileiro, com outras características, embora pareçam atuais. Desse modo, quais serão as consequências dessas relações de trabalho no campo (que, aliás, não são novas), sobre o sujeito camponês assalariado vivendo nos territórios da reforma agrária? A tendência é resistir como camponês? Ou se tornar proletário? Ou ser os dois sujeitos ao mesmo tempo, em alguns momentos camponeses e em outros proletários? Estas questões fazem parte de um processo em andamento, continuam sem respostas e as reflexões permanecem abertas. Mas, o mais importante é identificar qual o papel desses sujeitos

nos processos das lutas populares e qual projeto é capaz de combater radicalmente a lógica do capitalismo.

No mesmo contexto histórico, o principal representante do populismo russo afirmava que:

[...] a unidade econômica campesina elege para a realização de sua força de trabalho as oportunidades da agricultura e das atividades agrícolas que lhe garantem na totalidade, remuneração mais alta por unidade de produção familiar. (CHAYANOV, 1974, p. 14).

O aspecto central da teoria de Chayanov está na afirmação de que a unidade de produção familiar agrícola é regida por princípios diferentes da unidade de produção capitalista, tem uma relação de estranhamento à lógica do capital. Ele faz um frequente balanço entre o esforço realizado pelo trabalho do camponês e a satisfação das necessidades da família, condicionando o trabalho às necessidades. A extensão das terras cultivadas será essencialmente pela força de trabalho da família, não pela contratação de mão de obra.

Baseados nesses argumentos, os defensores do campesinato defendem que os camponeses não reproduzem relações capitalistas porque não contratam trabalhadores assalariados e sua produção não é para o mercado capitalista. A produção camponesa apenas atende às necessidades das famílias, o excedente é guardado para garantir o alimento para os anos seguintes. Aqui se aplica a forma M-D-M e, talvez, essa realidade fosse comum no campo russo no início do século XX.

El campesino no tiende a sobrepasar un límite fijado por ciertas necesidades y del cual depende el grado de explotación de su fuerza de trabajo; si hay excedente el equilibrio se restablece mediante una reducción, en siguiente año económico, del desgaste de energía. El campesino es uno conservador. La economía campesina es uno modo de producción en el mismo nivel que los modos de producción esclavista e capitalista. (CHAYANOV, 1974, p. 18).

A economia agrícola familiar está equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de produtos que se transformam em bens de uso. A estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível impor a estrutura capitalista de produção nesse tipo de economia. Não é possível distinguir a renda da terra, salário ou remuneração do capital investido, sendo a renda obtida pela

família um todo indivisível, e, portanto, sendo o trabalho desenvolvido pela família algo diferente, tanto da atividade do capitalista, quanto da atividade do proletário. Na verdade, o camponês não faz a distinção da renda, salário, trabalho, porém, essa diferenciação existe, está inserida na realização do trabalho e da produção camponesa.

[...]Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho da família. Enquanto a renda dependesse fundamentalmente do trabalho familiar haveria um balanço entre a penosidade deste trabalho e as necessidades de consumo da família: uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passa a ter, para a família, um valor decrescente. (ABRAMOVAY, 1998, p. 06).

Outro elemento importante da teoria defendida por Chayanov, retomado por Abramovay (1998), é a questão das necessidades de consumo da família camponesa, uma vez que, preenchidas suas necessidades, o camponês passaria a trabalhar menos. Essa questão importante levantada pelo autor, permanece como base para a defesa da economia camponesa e das relações não capitalistas do campesinato, pois nela não se produz mercadorias. Hoje, é notável que esse argumento não é real, porque o camponês atual não consegue autonomia em relação ao mercado, ele precisa criar um excedente do que produz a fim de obter outras mercadorias que necessita para a reprodução da família camponesa. Direta ou indiretamente, o modo de produção capitalista hegemônico acaba por incidir sobre as relações de trabalho dos camponeses. É possível que em alguns locais isolados ainda existam comunidades alheias às influências do capitalismo, mas as exceções não podem ser generalizadas, mesmo que esse seja um exemplo importante de resistência.

No entanto, é importante ressaltar que isso acontece na teoria, essencialmente porque no cotidiano dos movimentos dos trabalhadores do campo, as relações de trabalho e de produção, como luta pela sobrevivência e pelos sujeitos que vivem do trabalho, vêm assumindo a dianteira. O movimento dialético da história, com todas as suas contradições, vem trazendo mudanças profundas sobre o modo de vida camponês e dado razão às análises desenvolvidas por Lênin. O tempo e o movimento contraditório da história e da luta de classes, responderá tantas questões que hoje imaginamos, porque a realidade na maioria das vezes é muito mais rápida e sempre está na frente das diversas teorias. A ciência deveria responder questões como essas, mas quando buscamos conhecer a realidade através da pesquisa, carregamos conosco conhecimentos

anteriores que muitas vezes dificultam a compreensão real dos fatos e das contradições presentes.

O modo de produção capitalista cria necessidades de consumo de forma permanente em todos os trabalhadores, sejam eles do campo ou das cidades e também os territórios da reforma agrária não são diferentes. É evidente que a reprodução do modo de vida burguês está presente no conjunto da sociedade e não somente nos territórios da reforma agrária.

2.4.2– Os aportes ao estudo do campesinato de Shanin

Shanin (1979) traz para discussão a forma como o conceito de campesinato opera dentro do processo de produção do conhecimento da sociedade e os problemas que o uso desse conceito pode trazer, quando usados fora do contexto histórico. O que permanece na realidade, em condições diferenciadas, são camponeses empresariais envolvidos com relações de trabalho capitalistas, e, em alguns lugares, levando em conta as diferenciações regionais, o campesinato resiste enquanto identidade com algumas experiências autônomas.

Los términos fuera de contexto y los expresan generalizaciones en períodos históricos concretos tienen la desagradable costumbre de convertirse en reificaciones de la realidad, o peor aún, en manipulaciones conscientes de hábiles políticos y académicos en busca de prestigio. En efecto, los campesinos no pueden ser comprendidos o ni siquiera descritos de manera apropiada fuera de su escenario societal general, y lo mismo puede decirse del contexto histórico”. (SHANIN, 1979, p. 11).

Mesmo com toda resistência camponesa e com as lutas realizadas pela conquista da terra, com todos os processos de formação e organização presentes no Assentamento Contestado, parte importante desses sujeitos continuam migrando para as cidades em busca de trabalho, renda e lazer. A maioria desses trabalhadores que deixam o Assentamento não está retornando, permanecem vivendo próximos aos lugares de seu trabalho. (ver tabela 04, pag. 79).

É importante ressaltar que os camponeses, nesse momento histórico, não servem somente como "exército de reserva" para o trabalho no campo, mas também aumentam as fileiras de trabalhadores informais nas periferias. Estão sempre em prontidão para

atenderem e suprirem as necessidades dos trabalhos formais, ou seja, camponês que migra para as cidades, na sua maioria, se insere nos trabalhos informais e temporários.

Cabe salientar que os camponeses que resistem no campo não estão alheios, mas inseridos e servindo ao desenvolvimento capitalista. Assim como os operários, pois quando trabalham estão afirmando o capital; quando compram um kg de arroz estão fazendo o mesmo; isso é a prova de que a contradição estrutural que rege o sociometabolismo do capital continua regendo todo o tecido social. Permanecem oferecendo trabalho e alimentos baratos, condição que denuncia exploração pela lógica do capital. Reforçando o que já dissemos acima, destacamos que, de um modo ou de outro, os camponeses são obrigados a se relacionar com a economia capitalista, que influencia de forma íntima a lógica do camponês.

Neste sentido, mesmo que não contratem trabalhadores assalariados, as unidades de produção familiares mantêm a lógica do capitalismo, reproduzem a cultura do individualismo e do consumismo e produzem mercadorias das grandes empresas capitalistas. Parece ser contraditório as unidades familiares produzirem mercadorias, mas essa é uma das condições impostas pela lógica do capital, claro que na maioria das vezes o camponês nem sabe desse debate, mas para aumentar sua renda reproduz essa lógica, inclusive reproduz uma cultura que não é sua.

A história, a cultura e os valores dos camponeses também estão em movimento de transformações permanentes, pois também são fatores centrais na formação dos sujeitos no campo. Através da pesquisa pode-se constatar que o modo de vida camponês passa por mudanças impressionantes e de muitas contradições, os pais se mantêm como camponeses em sua cultura, em sua relação com a terra e com o modo de plantar, com os valores como por exemplo o "valor da palavra", do modo de vestir, das músicas que falam da vida do campo, os filhos negam esse modo de vida, inclusive vários tem preconceito de seu modo de vida, a referência para o juventude hoje é a cidade, não mais o campo.

Talvez o processo que a classe dominante estabeleceu, através dos meios de comunicação e do sistema educacional foram construindo no imaginário das populações do campo, que viver e trabalhar na terra é feio, atrasado e que o bonito e o mais fácil é viver e trabalhar na cidade. Os valores capitalistas estão presentes nos camponeses como em qualquer outro trabalhador, principalmente na juventude camponesa.

extraído por la economía capitalista es cuantitativamente significativo, y por tanto necesario para la supervivencia de una agricultura capitalista. Según esta argumentación, la agricultura capitalista procurará regenerar continuamente al sector minifundista allí donde el proceso de expansión capitalista en la agricultura tiende a eliminarlo.(...) el permanente conflicto de clases rurales entre los monopolistas de la tierra y los campesinos amenaza a estos últimos con el despojo de sus tierras para garantizar la supervivencia y para reforzar la posición monopolistas de aquéllos. Por otro lado, los monopolistas procuran reconstituir o regenerar el campesinado, también para garantizar su supervivencia y la lucratividad de sus empresas y del sistema”. (FEDER, 1977, p. 1441).

2.4.3– A "leitura" de Ernest Feder sobre o campesinato americano,

O alemão Ernest Feder, estudioso do campesinato mexicano e latino americano, mesmo não aceitando os argumentos dos campesinistas, analisa o processo de regeneração do campesinato, afirma que esse processo ocorre nas zonas de cultivo marginais. Nesses casos, os camponeses podem reproduzir-se e continuam produzindo o excedente extraído, mediante o funcionamento do sistema capitalista para assegurar e reproduzir-se na lógica capitalista. Podemos interpretar que os camponeses vão sendo empurrados para as terras de pior qualidade e em locais muito distantes dos centros urbanos, como ocorreu em vários países latino-americanos. Com o isolamento dos camponeses, os latifúndios monopolistas concentram ainda mais a propriedade da terra.

Se analisarmos onde estão localizados a maioria dos assentamentos, podemos comprovar que a grande maioria estão distantes dos centros urbanos e em solos de péssima qualidade, esses elementos podem comprovar que Feder em parte tem razão, pois são nesses espaços marginais que o campesinato tenta se reproduzir e resistir por um certo tempo.

Podría pensarse que, como los campesinistas consideran a la regeneración del campesinado una parte integrante del proceso de expansión capitalista, la teoría, si es coherente, debería aplicarse no solamente a las economías agrícolas capitalistas subdesarrolladas y dependientes, sino también a las naciones industrializadas. Nuestros campesinistas verían sin duda una prueba de la exactitud de su teoría”. (FEDER, 1977, p. 1441).

Com toda importância que tem a resistência e a luta de classes no campo, e mesmo que exista um processo de lutas para recriar esses sujeitos, os resultados positivos são pequenos e não se sustentam em longo prazo, pois muitos, na medida em

que reproduzem as relações capitalistas, entram numa concorrência desigual no mercado, fator que os leva a arrendarem suas terras para os vizinhos mais estruturados ou ainda arrendarem suas terras para algumas empresas agrícolas e se assalariarem muitas vezes na própria empresa. Mesmo que consideramos a recriação do campesinato, a recamponização, como formas de resistência é difícil sustentar-se quando o capitalismo se desenvolve no campo. Percebe-se que em algumas regiões no Paraná, onde o capitalismo se desenvolveu com mais rapidez, o processo de proletarização ocorreu de forma mais rápida, e, onde o capitalismo está mais atrasado, os camponeses resistem como é o caso da região sul do Paraná, principalmente por dois motivos centrais, região de solo fraco, de baixa fertilidade e pelo relevo ser acidentado. Somente na última década o capital priorizou seus investimentos nessa região, através do plantio de madeiras exóticas, principalmente o pinus. Diferente, por exemplo, do Sudoeste e Oeste do Paraná, onde desde o processo de implantação da “revolução verde” sofre com o ataque do capital, regiões essas com baixa população no campo.

Parte desses camponeses migrou para outros estados e parte deles aumentaram as fileiras das lutas por terra organizadas pelo MST, a grande maioria foi atingida pelas políticas e pelo pacote da "revolução verde", principalmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. O desenvolvimento do capitalismo nessas regiões pode ser o fator central que propiciou a expulsão dos camponeses.

O desenvolvimento do capital no campo, mesmo com muita propaganda em defesa do agronegócio. Na verdade desenvolve um processo de instabilidade das famílias camponesas, essas entram em crise, também nos assentamentos, continuam o processo de migração, parece que faz parte da cultura desses camponeses buscarem "outras terras", mas são forçados pela lógica do capital que se consolida no campo. A hipótese levantada nesse contexto é se de fato quando o capitalismo se desenvolve no campo, pelo menos nessas regiões, contribui para esvaziar o campo. Isso pode se estabelecer pela reprodução nas pequenas propriedades da monocultura, pelo uso intensivo do pacote tecnológico do agronegócio e não pela produção na unidade familiar pelo trabalho da própria família.

Por outro lado, a pesquisa demonstrou que algumas famílias oriundas do sul do Paraná, famílias essas vindas de alguns faxinais, permanecem nos assentamentos. Contextualizando, pois, nessa região o modelo tecnológico surge com força somente nos anos 1980, principalmente a partir da assistência técnica e extensão rural, impondo aos camponeses a "revolução verde". O relevo da região sul é montanhoso e de solo

fraco, com cobertura vegetal bastante grande, inicialmente o capital priorizou o sudoeste que tem características mais apropriadas para obter uma renda mais rápida, começou a atuar mais intensivamente na região sul nas últimas décadas.

Portanto, os camponeses resistem, tentam manter sua cultura, seu modo de vida, procura manter a produção familiar, a maioria dos filhos permanece no núcleo familiar, poucos se assalariam e poucos entram na luta pela terra. Nesse território a forma de produção capitalista tem mais dificuldades de se estabelecer. Como exemplo a produção de grãos exigem mais máquinas e a região é mais montanhosa, isso dificulta a entrada do agronegócio. O que está crescendo nos últimos anos é a plantio de pinus e eucaliptos para madeira e celulose, isso fez aumentar o arrendamento de terras e o assalariamento dos camponeses no plantio, poda e corte do pinus.

Nos assentamentos da região sul do Paraná, principalmente no Contestado percebemos esses dois sujeitos Sem Terra, filhos de camponeses de famílias oriundas do sudoeste e famílias da própria região. Importante destacar que os descendentes dos faxinais continuam com os filhos trabalhando como camponeses e sua renda é a partir do trabalho na terra, já as famílias vindas do sudoeste, quase todos buscam a renda no trabalho assalariado.

2.5– Considerações atuais a partir da realidade vivenciada nos assentamentos rurais oriundos da Luta pela Terra

É possível que os camponeses sejam capazes de produzir a força de trabalho a um custo menor para a economia capitalista que outros setores. Neste sentido, o setor moderno capitalista tem interesse em manter o camponês ou mesmo recriar o trabalho camponês e a economia camponesa capitalista, desde que essa seja subordinada à lógica do capital. Se analisarmos a reforma agrária realizada no capitalismo, notamos que esta se inclui nessa perspectiva funcional, pois continua subordinada e inserida no modo de produção capitalista e contribuindo com a produção de mercadorias sob o controle do capitalismo. Quando esse processo ocorre, os camponeses se tornam conservadores e não se percebem enquanto classe camponesa, mas enquanto proprietários de terras assumindo a identidade da burguesia agrária. Feder (1977) analisa que:

Los campesinistas presentan una muy amplia variedad de puntos de vista políticos. Lo que presen tener en común es no solo la convicción de que el

sistema necesita al sector minifundista, sino también la de que las medidas económicas y políticas para preservarlo o aumentarlo son necesarias y eficaces y, por tanto coherentes con la expansión capitalista en la agricultura. (p. 1444).

Se a burguesia necessitar dos camponeses como um amortecedor político, encontrará os meios econômicos para preservá-los e recriá-los, criando assim, uma base econômica e política a esta aliança de classe. Se o agronegócio necessitar dos camponeses para qualquer questão política e econômica, com certeza irá construir mecanismos para subordiná-los. Neste sentido, podemos destacar a lógica da agricultura familiar inserida no projeto econômico da burguesia agrária, através da qual, os camponeses reproduzem economicamente a lógica do latifúndio, ou seja, ideologicamente se comportam como latifundiários/capitalistas. Importante destacar que esse processo é reproduzido por mais de 500 anos, onde a burguesia controla o sociometabolismo do capital, e hegemonicamente controla a reprodução capitalista seja no campo ou nas cidades.

[...] los descampesinistas sostienen que los minifundistas están en vías de desaparición y que la eliminación o la extinción de los campesinos por parte del capitalismo supone su transformación en asalariados sin tierra, es decir, en un proletariado rural en sentido estricto, también puede decirse que los descampesinistas pertenecen a la escuela de los proletritas. (FEDER, 1977, p. 1443).

Os camponeses não desapareceram conforme Lênin e os descampesinistas afirmavam, mas também os camponeses que resistem, em sua maioria reproduzem relações capitalistas, contradizendo com a tese de Chayanov e dos campesinistas. Esses camponeses se diferenciam ainda hoje com algumas características próprias, alguns se tornam empresários familiares, reproduzem relações capitalistas e muitos se tornam assalariados e migram para as cidades. De fato, se analisarmos as últimas duas décadas, a hipótese da diminuição dos camponeses pode ser é verdade, mesmo com todo o processo de luta pela reforma agrária e pela *recamponisação*.

Não podemos entender o campesinato no Brasil se não analisarmos seu papel histórico. Mas, o problema principal de algumas elaborações intelectuais é que, além do fato de estarem muitos distantes da realidade do campo e transportarem as teorias baseadas nas especificidades de alguns países, tentam encontrar aqui o tipo de

camponês ideal sem levar em conta o desenvolvimento histórico de cada país, o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.

Esse processo de transposição mecânica da teoria para a realidade configura-se como anti dialético e positivista, sendo essa talvez a causa dos embates sobre o conceito de campesinato. Essa lógica de análise formal tem como base a herança da filosofia medieval, onde não é possível analisar as contradições como processo.

Outra questão de importância para nossa discussão é saber se é possível articular os interesses de camponeses e proletários na luta contra o capital. Segundo campesinistas e descampesinistas, isso não é possível, pois a classe camponesa e a classe operária disputam entre si quem são os melhores sujeitos na luta política, parece uma partida de futebol, onde um quer vencer ao outro. Para Marx, o verdadeiro antagonista do capital é o proletariado, o camponês era antagonista do senhor feudal. No capitalismo, ele pode aliar-se com a burguesia ou com o proletariado, ele não é uma classe para si. Mas no contexto atual os camponeses tem um papel importante que possibilita refletir os escritos clássicos.

Portanto, é fundamental fazer o debate da classe trabalhadora, não somente da classe camponesa ou classe operária. Na medida em que ampliamos a compreensão de quem são os sujeitos que compõem a classe trabalhadora, podemos acumular na luta contra o capital, contra a exploração dos trabalhadores que vivem no campo e nas cidades. A definição de classe trabalhadora citada abaixo poderia contribuir para superar o antagonismo entre campesinistas e descampesinistas.

A Classe Trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissemia do trabalho, requer que consideremos como parte integrante: o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; o conjunto dos trabalhadores que lutam pela terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc. (THOMAZ JUNIOR. 2001, p. 08).

Porém, para que essa elaboração teórica seja efetivada na prática, na luta contra o capital, o camponês e o operário precisam passar por um processo de desconstrução

teórica, política e na prática das relações de trabalho, pois a partir do momento que superarmos essa dicotomia e ampliarmos nosso conceito de classe trabalhadora (ao invés de classe camponesa ou classe operária), poderemos juntar forças e lutar contra todos os exploradores.

Retomo a idéia central da pesquisa. O processo de proletarização dos camponeses pode se dar de forma lenta e permanente, depende do nível do desenvolvimento capitalista na agricultura, que varia de acordo com a região ou país, também da existência de organizações que organizam os camponeses. Não há problema em ser camponês ou operário, independentemente do território em que o trabalhador viva de seu trabalho, se o camponês e o operário não fazem lutas de forma direta contra o capital, estão inseridos na lógica capitalista. Infelizmente esta constatação faz com que o problema seja maior.

Portanto, a luta contra a exploração capitalista deve ser feita por todos aqueles que são explorados, sejam no campo ou nas cidades, por isso a compreensão ampliada da classe trabalhadora é estratégica para o acúmulo de forças na luta contra o capital.

As reflexões e as questões levantadas e discutidas nesse capítulo fazem parte das discussões realizadas nos movimentos camponeses, claro que nessa pesquisa a busca de elementos teóricos e práticos trouxe elementos de forma superficiais, mas centrais na compreensão dos sujeitos do campo. É notável as mudanças no campesinato e nos Sem Terra na última década, mudanças essas forçados pelo modo hegemônico de produção e de trabalho no campo brasileiro.

No próximo capítulo analisaremos as condições de reprodução material dos assentados do Contestado, para refletir à luz dos debates teóricos apontados.

CAPITULO 03**CAMPONESES E TRABALHADORES ASSALARIADOS NO
ASSENTAMENTO CONTESTADO: CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DA
VIDA**

Em alguns momentos, quando escutamos intelectuais, políticos, sindicalistas em sua grande maioria falarem dos Sem Terra e dos assentamentos, falam como territórios homogêneos, onde estão reconstruindo-se os camponeses. Na verdade isso é somente meia verdade, no contexto atual esses territórios são muito mais heterogêneos que possamos imaginar. Pois, na medida em que vamos conhecendo os sujeitos Sem Terra, acampados e assentados, descobrimos relações de trabalho muito mais complexas do que ser camponês.

A história do MST construída nesses 30 anos foi realizada pelo camponês, principalmente filhos de camponeses, meeiros, arrendatários, etc. Se observarmos os assentamentos mais antigos observamos o sujeito camponês com sua cultura própria, com seus valores, seu próprio modo de vida. O que ocorre na atualidade é um processo muito complexo e difícil de entender, onde a maioria dos filhos dessas famílias camponesas não fica mais no campo, a maioria dos assentamentos estão se tornando territórios com poucas pessoas, principalmente os mais velhos, que resistem em deixar o campo. Importante destacar que esse processo não ocorre porque o camponês quer, esse processo está ocorrendo porque a lógica do capital é hegemônica e agressiva.

Na década de 1990 o processo era o contrário, os jovens e muitos trabalhadores das cidades tinham no imaginário a luta pela terra e pela reforma agrária, pois a possibilidade de serem assentados era real. Nesse período havia um fator determinante para que isso ocorresse. O valor da terra era baixo e as filas por emprego nas cidades eram imensas, causadas pelas políticas neoliberais. O país estava em crise, tanto no campo como nas cidades. Nesse período a juventude dos assentamentos em vez de saírem do campo para trabalharem nas cidades, somavam as fileiras do MST e da luta pela terra.

Os trabalhadores desempregados das cidades, principalmente aqueles que tinham um vínculo com o campo se motivavam a voltar para o campo, viam na luta pela terra a possibilidade de terem trabalho, alimento, escola e segurança. Como os acampamentos eram enormes, a pressão sobre o latifúndio e sobre o governo era grande, muitas

ocupações e marchas faziam com que as conquistas se concretizassem em períodos curtos. Não havia demora na legalização dos assentamentos e os jovens filhos de assentados, como também os trabalhadores desempregados das cidades conquistavam a terra com mais rapidez.

A hipótese de que esse público não camponês, trabalhadores com outras características que vivem nos assentamentos, contribuíram com a mudança dos Sem Terra. Como esses trabalhadores teriam vivenciado nas cidades o trabalho assalariado, culturalmente recebiam uma renda a partir da venda de seu trabalho todo mês. Quando voltaram para o campo e não conseguiram essa renda mensal, muitos entraram nesse movimento de viver no assentamento e embora gostem de estar no campo, mas continuam buscando sua renda principal com o trabalho assalariado e não com o trabalho camponês.

3.1– Fontes de renda e trabalho no Assentamento Contestado: Desafios para a juventude rural

Os Sem Terra do Assentamento Contestado, são sujeitos que sofrem influência em seu modo de vida camponês. As mudanças não são somente no perfil dos Sem Terra, são muito mais profundas, pois, esse processo influencia o conjunto do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta afirmação parece ser vaga e cedo para se afirmar, mas se analisarmos esse fato que existe no Contestado comparando com outros assentamentos espalhados pelo país, podemos em um futuro breve comprovar essa realidade.

A pesquisa realizada no Assentamento Contestado mostra que a renda dos trabalhadores é bastante diversa. Isso ocorre porque a renda da terra não é suficiente para atender as necessidades das famílias, vários conseguem acessar as políticas compensatórias, mesmo sendo poucas, para algumas famílias em alguns casos é a principal renda, também existem vários aposentados. (Tabela 03). Mas vários Sem Terra procuram trabalho fora do assentamento, alguns buscam a renda para investir no lote, pagar as dívidas do Pronaf, ajudar a família, outros enxergam a possibilidade de melhorar de vida. Essa tabela retrata de onde vem a renda das 108 famílias assentadas no Contestado.

Tabela 3. Participação das principais fontes de renda no Assentamento Contestado

Programas de Benefícios Sociais – Bolsa Família	59	63,7 %
Aposentadoria	35	37,8 %
Renda da Terra	47	50,7%
Trabalho Assalariado	57	61,5%

Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2013.

Organizador: Nei Orzekovski

O trabalho camponês nos territórios de reforma agrária tem características diferentes do trabalho camponês tradicional, isso é muito claro no assentamento Contestado. Percebe-se um sujeito culturalmente modificado pela lógica do capital, em partes no que diz respeito a valores e costumes da cultura camponesa e por outro lado valores do modo de vida urbano. Para sobreviver busca todas as formas de produção e renda, se identifica com a classe trabalhadora, gosta de viver em comunidade mesmo sendo individualista, desconfia de todas as formas de organização coletiva e quer ser sujeito político. Na medida em que participam das decisões da organização, assumem mais responsabilidade momentaneamente, mas logo em seguida mudam de opinião muito rapidamente, mesmo assim sentem gosto em participar de ações e mobilizações.

No trabalho se percebe esse movimento também, em alguns momentos esses trabalhadores se empolgam com a produção camponesa, se dedicam um bom tempo em torno de projetos, mas no momento da primeira crise abandonam o que estavam fazendo e buscam outro trabalho.

Os Sem Terra camponeses no Assentamento Contestado, ou seja, aqueles que vivem especificamente da renda da terra não são muitos, apenas 16 famílias não tem renda de fontes externas, ou seja, não recebem políticas compensatórias, não tem aposentados e não tem ninguém com trabalho assalariado, produzem e reproduzem sua vida gerando renda dos lotes no assentamento. Interessante observar que esses camponeses buscam medidas de elevar sua produção para ter excedente, tanto os camponeses agroecológicos como os convencionais. A renda da terra é uma fonte estratégica para manter a identidade camponesa, a forma do trabalho continua familiar e o patriarcalismo é muito forte, nesse sentido, os jovens e as mulheres estão submetidos a decisão do pai. Quando falo da renda da terra, quero dizer que são famílias que se mantêm no assentamento com o trabalho camponês, ou seja, sua renda principal é tirada do trabalho na terra, mesmo que recebam rendas complementares de outras fontes.

“(…) pequenos produtores, sitiantes, posseiros, colonos ou o que seja,

além de lutarem pela terra, além de quererem a posse e uso da terra e uma certa apropriação do produto do trabalho, o campesinato representa um modo de vida (...)” Esse modo ainda se estende no jeito de organizar a vida a cultura, a visão da realidade representando uma comunidade. Mostrando para sociedade que o campesinato não apenas tem uma participação política, mas um modo de ser e viver revelando uma forma diversa de organizar a vida característica desse segmento. (IANNI, 2004, p.4-5)

Importante salientar que o trabalho camponês nos territórios da reforma agrária na atualidade recebe influências do modo e produção dominante, suas relações sociais também partem de perspectivas capitalistas como qualquer outro sujeito político, pois a partir do momento que esses sujeitos não estão isolados da sociedade, recebem diariamente um bombardeio de informações, de oportunidades que influenciam suas decisões do que e como plantar como e onde trabalhar, o camponês Sem Terra não fica fora desse processo.

Portanto, no Contestado o modo de vida camponês apresentado por IANNI, passa por mudanças profundas. Pois, a renda conquistada pelos assentados (como vimos na tabela 3), não se dá especificamente com o trabalho camponês.

Se analisarmos a Tabela 04, podemos perceber que a juventude deixa o assentamento em busca de renda e espaços de lazer. Pois, a coluna dos solteiros no trabalho assalariado, todos trabalham e vivem fora do assentamento. Esses retornam ao assentamento somente em alguns dias de festas ou futebol.

Tabela 4. Ocupação dos jovens Sem Terra no Assentamento Contestado

Núcleo	Total dos Jovens Solteiros maiores de 18 anos.	Solteiros trabalho camponês – Vivem no Assentamento.	Solteiros trabalho assalariado – Foram embora do Assentamento.
Sepé Tiarajú	10	1	9
Che Guevara	6	1	5
Libertação Camponesa	4	3	1
Evolução camponesa	3	3	0
Roseli Nunes	8	5	3
Antonio Tavares	7	2	5
Iguaçu	5	0	5
Eduardo Anguinoni	2	2	0

Gabriel Kais	2	0	2
Sebastião Loyola	5	1	4
Total	52	18	34

Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2013.

Organizador: Nei Orzekovski

As oportunidades históricas de aumentar a renda deixavam de fora os camponeses, principalmente no uso de tecnologias desenvolvidas para a produção agrícola, a tecnologia sempre foi um instrumento dos grandes produtores e negada para os camponeses, na medida em que alguns camponeses começam a usar mais intensivamente as máquinas, logicamente aumentaram a produção e a renda familiar, enquanto outros que continuam a usar instrumentos rudimentares, permaneceram com a renda muito baixa, independente de serem camponeses com produção convencional ou agroecológica, a tecnologia é um fator de aumento da renda camponesa.

Esse processo se ocorre no assentamento Contestado, pois as famílias que se apropriaram de tecnologia conquistaram uma renda familiar maior, independentemente de produzirem de forma convencional ou agroecológico, exemplos disso são os produtores de morango convencional, que usam o pacote, máquinas, irrigação e muitos fertilizantes e defensivos, alta produtividade, renda alta e melhoria de vida desses camponeses, por outro lado os produtores agroecológicos que se apropriaram de tecnologia também se destacam na renda familiar, na medida em que adquiriram máquinas e fertilizantes orgânicos a renda aumentou e a qualidade de vida também. Já a maioria dos camponeses que usam os braços como instrumentos de trabalho, tem a renda baixíssima e buscam trabalho assalariado como diaristas no assentamento e nas vizinhanças, mas principalmente como operário na construção civil.

Ao analisar a pesquisa, identificamos que o trabalho camponês no assentamento Contestado enfrenta problemas sérios, aliás, a grande maioria sobrevive porque, pelo menos um membro da família é assalariado, aposentado e recebe bolsa família, isso contribui com a permanência da família no assentamento.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008 p. 25-26).

Shanin (2008) encontra um argumento para salvar o camponês, de fato a flexibilidade é um elemento da cultura camponesa, na busca de reproduzir seu modo de vida, o problema que hoje as famílias são pequenas e existe pouca mão de obra para o trabalho familiar, as famílias de hoje além de menores, conseguem garantir que os filhos estudem, se formem em diversas áreas do conhecimento, isso é bom, mas a embora muitos não voltem não voltam mais para o campo, não voltam para o trabalho camponês, permanecem nas cidades sendo assalariados, e ainda mais, tentam levar os pais e irmãos para viverem com eles. A crise principal dos camponeses no Assentamento Contestado é esse esvaziamento dos jovens, isso diminui a mão de obra e enfraquece a economia familiar exatamente por não ter quem trabalhe na família.

3.2– Renda da terra e assalariamento no Assentamento Contestado

Renda da Terra é uma teoria da economia política que procura estudar e explicar como funciona a lógica do capital na organização da produção agrícola no modo de produção capitalista. Segundo Stédile (2012):

Diferente do operário, que vende sua força de trabalho, por não dispor dos meios de produção, o camponês quando perde tais meios, vê-se obrigado a trocar sua força de trabalho por salário, mas não aceita. (p.69).

Essa explicação parece simples teoricamente, mas quando olhamos para a realidade e colocamos esse conceito em movimento, percebemos que as dificuldades são imensas, na medida em que relacionamos a renda dos trabalhadores do campo, sua relação com o trabalho camponês e com o trabalho assalariado, seja na perspectiva capitalista ou na construção de relações baseadas nos valores socialistas, no desafio de construir outra matriz tecnológica baseada nos princípios da agroecologia.

A lógica do capital na organização da produção agrícola na atualidade, leva em conta a concentração da terra e da riqueza, dos recursos naturais, no uso de alta tecnologia e na exploração do trabalho. Esse conjunto de ações do capital fortalece o grande produtor, aqueles que conseguem com facilidade acessar os créditos públicos,

em sua maioria esses créditos acabam sendo subsidiados pelos governos estadual e federal ou pelos bancos estatais.

Esses são alguns dos motivos pelos quais o agronegócio cresceu e se fortaleceu, pois domina toda cadeia produtiva, organiza e inova o campo, podemos concordar ou não, mas o agronegócio se tornou nos últimos anos um dos pilares na economia brasileira, sendo referência de produtividade para o mundo, inclusive para os pequenos camponeses e assentados da reforma agrária.

Se a renda da terra explica como funciona a lógica do capital na organização agrícola no modo de produção capitalista, como ficam os camponeses? Como fica a renda desses trabalhadores? Os camponeses são ou não capitalistas? E os assentados da reforma agrária, em que mundo vive? De onde vem sua renda?

O ponto de partida dessa reflexão é que os camponeses em sua grande maioria reproduzem o modo de produção capitalista, direta ou indiretamente, mesmo aqueles que não contratam trabalho assalariado, mas reproduzem a lógica do agronegócio quando utilizam os fertilizantes, sementes, etc. das grandes indústrias capitalistas instaladas no campo. Portanto, a renda produzida pelo trabalho camponês faz parte da renda capitalista, mesmo que tenha outra lógica, está inserida no modelo capitalista de utilização e reprodução da lógica do capital. Os camponeses não organizam a produção para isso, mas reproduzem mesmo sem perceber com outras ferramentas na mesma perspectiva, contribuindo para reproduzir a lógica do agronegócio. O modo de produção camponesa a muito deixou de ser autônomo, talvez "nos confins do mundo" alguns vivam sem reproduzir a lógica do capital, mas essas particularidades são particularidades, não devem ser generalizadas.

Se aplicarmos o conceito também nos territórios da reforma agrária, perceberemos que os assentados também de forma indireta reproduzem a lógica do capital na organização da produção, também não se conseguiu desenvolver uma forma autônoma de organização do trabalho e da produção, isso não quer negar as centenas de experiências realizadas e consolidadas como formas alternativas de organizar a produção, mas as particularidades não podem ser generalizadas. A principal renda dos trabalhadores Sem Terra deveria ser da produção agrícola, mas infelizmente isso não ocorre no Assentamento Contestado por vários motivos, destacamos aqui alguns: a tecnologia precária, a baixa produtividade, o baixo valor dos produtos primários, as terras conquistadas são de baixa fertilidade, a comercialização é desorganizada, pouco acesso às políticas públicas.

Precisamos refletir sobre esses fatores, que são fundamentais para entender o movimento do trabalho, pois de forma indireta influencia na renda desses trabalhadores. Merece destaque o argumento de que os assentamentos foram realizados sem um projeto de desenvolvimento, isso se explica na medida em que foram realizados isoladamente. Imaginamos um assentamento de 50, 100 famílias a 80 km de uma pequena cidade, como viabilizar a infraestrutura necessária para construir na comunidade, como por exemplo, estradas, escolas, postos de saúde, áreas de lazer e principalmente a renda desses trabalhadores, que foram "jogados à sua própria sorte".

Podemos destacar que a baixa produção desses territórios conquistados influencia diretamente a renda dos camponeses, principalmente a renda da terra, a renda a partir dos braços dos camponeses, pois se observarmos a tecnologia utilizada, vamos lembrar o século passado. Esses trabalhadores com a intenção de elevar a renda tentam a sorte em outras frentes de trabalho e se assalariam.

3.3– Outras fontes de renda no Assentamento Contestado: Programas Sociais e as Políticas Públicas

Precisamos observar que no conjunto das 108 famílias deste Assentamento Contestado 59 acessam algumas políticas públicas do governo federal ex; bolsa família e bolsa verde, o valor recebido varia entre R\$ 70,00 a R\$ 500,00 e outras 35, tem pelo menos uma pessoa por família que recebe um salário de aposentadoria. Claro que a luta pela distribuição da riqueza através das políticas públicas são justas e são complementares na renda camponesa, mas para algumas famílias superam toda renda produzida com o trabalho camponês.

O preocupante em acessar ou não as políticas públicas, são o comportamento destes sujeitos na relação e na vinculação com o mundo do trabalho. Esse processo de distribuição de renda causa no imaginário dos trabalhadores que o governo deve sim distribuir a riqueza e com isso se acomodam e não priorizam o trabalho como fonte de produção, de renda e de dignidade.

Outro fator, no mínimo estranho, é a acomodação em participar dos espaços e debates coletivos, as formas que são distribuídas acabam sendo um dos principais problemas para as organizações, reforçam a lógica individual e enfraquece a lógica coletiva, forma amplamente conhecida dos movimentos populares. Essa característica

reforça o individualismo trazendo problemas e dificuldades para as mobilizações, os sujeitos pensam que seus problemas se resolvem sem a participação coletiva, o indivíduo por si só, resolve seus problemas.

Esse processo não contribui para ampliar os conhecimentos dos trabalhadores, no mínimo cria um estranhamento na formação da consciência política, ficam cada vez mais limitadas. Essas formas de políticas públicas reforçam a ignorância e a submissão dos indivíduos.

Acessar a aposentadoria está no campo dos direitos e devemos ampliar esse direito para todos e todas trabalhadores e trabalhadoras do campo. Em relação ao acesso ou não da bolsa família e da bolsa verde é uma discussão importante e merece uma reflexão mais profunda.

Na pesquisa de campo percebemos algumas contradições, alguns defendem que as bolsas atrapalham, pois, acomodam as pessoas para o trabalho e para as mobilizações e outras pensam exatamente o contrário, defendem as bolsas por se tratar de um direito e defendem que elas sejam de maior valor, para de fato haver maior distribuição de renda.

Na realidade, a renda que a maioria dessas famílias recebe das bolsas, acaba sendo parte importante da renda mensal familiar, em vários casos é a renda principal, outras apenas complementam outras rendas.

CAPITULO 04**ASSENTAMENTOS RURAIS E REFORMA AGRARIA: EMBATES
NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO****4.1– Capitalismo Agrário e Campesinato**

É importante observar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e na lógica do capital no capitalismo agrário contemporâneo nas últimas duas décadas. O modo de produção da agricultura está passando por diversas mudanças tecnológicas, isso influencia as formas de produção e de trabalho, principalmente alterando as relações de trabalho, onde cada vez mais o trabalho é submetido a lógica do capital, seja trabalho camponês ou trabalho assalariado. Segundo Antunes (2000):

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital. (ANTUNES, 2000, p. 19).

Existe uma lógica de funcionamento do capitalismo, agora em sua fase dominada pelo capital financeiro que atua sobre a agricultura e há características específicas determinadas pela crise recente do capital financeiro. Isso traz consequências para a agricultura e para os trabalhadores do campo, camponeses e assalariados, traz também contradições que precisamos entender.

Na história da humanidade o desenvolvimento do modo de produção capitalista passou por diversos contextos, iniciou por volta do século XV como capitalismo mercantil, foi evoluindo para o capitalismo industrial no século XVIII e XIX. No século XX se desenvolveu como capitalismo monopolista e imperialista e agora nas últimas duas décadas estamos vivendo uma nova fase do capitalismo, dominada pelo capitalismo financeiro globalizado. Essa fase significa que a acumulação do capital e das riquezas se realiza basicamente pelo capital financeiro, que precisa controlar a produção de mercadorias, seja na indústria, sejam os recursos naturais e a agricultura, também controlar a circulação e o comércio destas mercadorias internacionalmente. Para isso foi criando mecanismos globalizados para controlar a agricultura de forma hegemônica.

O primeiro deles foi através do excedente de capital financeiro, os bancos passaram a comprar ações das pequenas, médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionados com a agricultura. A partir do controle das ações, promoveu-se então, um processo de concentração das empresas que atuavam na agricultura. O capital financeiro injetou milhões nessas empresas e passaram a controlar os mais diferentes setores relacionados com a agricultura.

Esse capital investido foi acumulado fora da agricultura, mas que aplicado sobre ela aumentou rapidamente a velocidade do processo de produção e controle, que pelas vias naturais de acumulação de riqueza apenas das mercadorias agrícolas levaria anos.

Outro mecanismo desenvolvido foi de controlar através do processo de dolarização toda economia mundial. Isso permitiu que as empresas transnacionais aproveitassem a taxa de câmbio favorável e entrassem nas economias nacionais comprando as empresas nacionais e dominassem os mercados produtores facilitando o controle do comércio de produtos agrícolas. Também conseguiram mecanismos que alteraram as regras impostas pelos organismos internacionais, como a Organização mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e os acordos bilaterais, onde legitimaram com novas regras o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas, abrigando os governos nacionais a liberarem o comércio dos produtos agrícolas. Se não bastassem tantas regalias, ainda facilitaram o acesso aos créditos. Praticamente em todos os países o processo de desenvolvimento da produção agrícola, cada vez mais dependente de insumos industriais, ficou dependente da utilização de crédito bancário para financiar a produção. Esses créditos públicos permitiram financiar toda ofensiva desse modelo de produção da agricultura, ou seja, os bancos financiaram a implantação e o domínio da agricultura industrial em todo mundo, através do repasse dos recursos públicos para as grandes empresas privadas. Leite afirma que *"não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem mas também sua expansão"*. (LEITE, 2010, p.165).

Esses fatores não deixaram dúvidas sobre a lógica da atuação do capital no campo. Esse processo iniciou-se com os governos neoliberais, a partir de Fernando Henrique Cardoso, logo em seguida pelo então "presidente dos trabalhadores" Luiz Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos e segue a mesma política com a presidenta Dilma. Esses governos abandonaram as políticas públicas para a produção agrícola com base na economia camponesa. Liberalizaram os mercados e aplicaram políticas de

subsídios justamente para as grandes empresas capitalistas atuarem no campo brasileiro.

A presença do Estado não elimina, por certo, aquela dos grandes grupos empresariais, que se somaram aos fazendeiros tradicionais, aos colonos também presentes (Tavares dos Santos, 1993), ou ainda, a atuação *in loco* das empresas multinacionais (*tradings*) etc. (LEITE, 2010, p.165).

Os subsídios governamentais foram livres de isenções fiscais, nas exportações ou importações e na aplicação de taxas de juros favoráveis a agricultura capitalista. Essa lógica de domínio do capital financeiro sobre a produção agrícola fez com que poucas empresas transnacionais controlassem praticamente toda produção e comércio agrícola do mundo, colocando a economia camponesa em situações precárias.

A situação atual do controle das empresas transnacionais e do capital financeiro sobre a agricultura aumentou a concentração dos produtos agrícolas e o capital financeiro passou a dominar toda cadeia produtiva, houve um processo acelerado de centralização do capital, ou seja, as mesmas empresas passaram a controlar a produção e o comércio de um conjunto de produtos e setores da economia, como por exemplo, a fabricação de insumos agrícolas, fertilizantes químicos, venenos, agrotóxicos, maquinaria agrícola, sementes transgênicas e uma infinidade de produtos produzidos na agroindústria alimentícia.

Está a caminho a tentativa de padronizar os alimentos no mundo, as pessoas estão cada vez mais induzidas a consumirem "rações" padronizadas pelas empresas capitalistas globalizadas. O alimento se transformou em mercadoria que precisa ser consumida de forma massiva e rápida, isso pode trazer consequências incalculáveis com a destruição de hábitos alimentares locais, específicos das próprias culturas e consequentemente riscos a saúde humana.

Com esse processo de padronização dos alimentos também foram determinando os preços dos produtos agrícolas, pois quem determina os preços mínimos da produção agrícola são as empresas, os governos nacionais não têm mais poder de definir, o controle é quase total dominado pelas empresas capitalistas. Como essas empresas dominam a produção agrícola, a circulação e o comércio dos alimentos, fica muito fácil determinar os preços, inclusive o que as pessoas devem comer. Na medida em que concentra toda essa cadeia, dominam também ideologicamente os governos, impondo políticas que reforcem a lógica do capital.

Parte dos governos, embora eleitos em processos democráticos, são na verdade conduzidos pela força e pela lógica do capital e por todo tipo de manipulação mediática, que resultam em governos que servem os interesses das empresas transnacionais. Esses governos abandonam o controle do estado sobre a agricultura e sobre os alimentos, abandonaram também as políticas públicas de apoio aos camponeses.

Esse processo generalizado no mundo contribui para que os povos percam sua soberania, muitos países não conseguem mais produzir seu próprio alimento, estão em um processo de desnacionalização da propriedade das terras, das empresas nacionais, da tecnologia e da produção de sua auto autossustentação, dependendo cada vez mais da lógica das empresas transnacionais.

... as políticas de interesse ao setor passavam notoriamente pelas esferas macroeconômicas mais amplas, como a política cambial, favorável ao interesse do setor exportador; a política de comércio exterior (*antidumping*); a política tributária e a política salarial. (LEITE, 2010, p.165).

É importante destacar a lógica de o capital atuar na totalidade capitalista, pois existe uma relação complexa na mesma empresa entre o capital industrial, comercial e financeiro. É impossível separar onde atua cada capital, a atuação conjunta reforça a especulação fortalecendo o capital financeiro, se materializando nos territórios camponeses através da atuação das empresas transnacionais.

O capital, como tal, nada mais é que uma dinâmica, um modo e um meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva. Um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais. (ANTUNES, 2000, p. 20-21).

A dinâmica de mediação do capital entre o capitalismo agrário e industrial se dá somente nas diferentes formas de trabalho desenvolvidas, pois seja o trabalho assalariado ou trabalho camponês está subordinada a mesma lógica do capital, independentemente do local do trabalho, não importa que sejam nas diversas formas do trabalho informal, no chão da fábrica ou nas comunidades camponesas.

O poder econômico exercido pelo capital sobre a agricultura e sobre a exploração das riquezas naturais, materializado pelas grandes empresas transnacionais, pode nos levar a um pessimismo sobre as possibilidades de reverter tal situação,

tamanha é a força que exerce o capital internacional e financeiro sobre nosso território.

Em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo a margem do processo produtivo. Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado, pode-se presenciar em vários países, uma política de prolongamento da jornada de trabalho. (ANTUNES, 2000, p. 33).

Mesmo sendo hegemônico esse processo, podemos observar algumas contradições que podem levar a uma mudança de rumo das políticas agrícolas aplicadas na atualidade. O modelo de agricultura industrial controlado pelas transnacionais é totalmente dependente de insumos químicos, fertilizantes e derivados de petróleo, que como sabemos, tem limites físicos naturais, de escassez das reservas naturais, portanto pode ter sua expansão limitada em médio prazo. (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Além disso, o capital controla a biodiversidade, os recursos naturais, os minérios, a terra e a água, a privatização da propriedade das águas seja dos rios e lagos, ou do lençol freático e restringirá o consumo para as populações de baixa renda e trará graves consequências sociais. Controla também a biodiversidade, com sua destruição, muitas vezes altera o regime das chuvas e do clima.

O projeto de reorganização internacional do trabalho e da produção transforma muitos países em meros exportadores de matérias primas, com isso inviabiliza os projetos de desenvolvimento nacionais, pois os países então dentro e controlados pela lógica do capitalismo contemporâneo. O modelo de produção na agricultura brasileira é um dos pilares na produção e distribuição de mercadorias agrícolas industrializadas para outros países do mundo, principalmente com o discurso de produzir alimentos, mas também esse modelo abre as portas do Brasil para estrangeiros aumentarem a compra de terras de forma incontrolável desrespeitando nossa soberania, ampliando a produção de agrocombustíveis, isso amplia ainda mais o uso de fertilizantes e não resolvem o problema do aquecimento global e da emissão de gás carbônico.

Esse modo de produção em grande escala na agricultura brasileira é totalmente dependente das empresas transnacionais, precisando de mão-de-obra qualificada, gerando a expulsão dos camponeses do campo, fazendo com que aumentem as populações nas periferias das grandes cidades, muitas vezes também sem alternativa de emprego e renda.

Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital. (ANTUNES, 2000, p. 34).

Essas contradições são insuperáveis na lógica do capital, pois elas podem levar a autodestruição da vida no planeta, importante destacar que a população começa a reagir diante desse projeto devastador e há sinais de enfrentamentos futuros, pois, somente os sujeitos que vivem do trabalho, podem criar outra lógica de sociedade e verdadeiramente enfrentar essas contradições.

A forma dominante do capital trouxe mudanças estruturais na forma de dominar a produção das mercadorias agrícolas em todo mundo. A aliança da classe burguesa concretizada nas empresas transnacionais também trouxe mudanças estruturais para a classe trabalhadora e nos sujeitos do campo. É perceptível as mudanças no modo de produção agrícola, sejam dos camponeses ou dos latifúndios.

Se existem mudanças na base material da produção agrícola, logo também podem existir mudanças na forma de organização, nas formas do trabalho e na formação das classes sociais. Importante destacar essas mudanças causadas pela lógica do capital, perceber as contradições geradas no trabalho, sejam na lógica dos camponeses ou na lógica dos assalariados. Não podemos falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que viabilizam sua expansão.

Com efeito, isso tudo ganha em intensidade nos últimos anos, especialmente devido à inexistência de políticas públicas de reforma agrária e projetos do Estado e dos governos que não privilegiam alternativas de interesse dos trabalhadores, porém consolidam o projeto de sociedade fundado nas grandes empresas, na concentração fundiária e na marginalização social de milhões de famílias camponesas, e de trabalhadores que se veem constantemente ameaçados, em conformidade com os interesses do capital e do Estado. (THOMAZ JUNIOR, 2009. p. 76).

Essa consolidação do projeto hegemônico do capital de fato ameaçam de forma brutal as experiências que tentam construir outras formas de organizar a produção, por esse motivo que as comunidades camponesas, sejam tradicionais ou nos assentamentos sofrem ataques permanentes que desmobilizam as bases de sua cultura e do seu modo de vida.

Essa aliança construída principalmente nos últimos 10 anos entre o Estado e o

Agronegócio, deixaram de lado as propostas de reforma agrária, tentam afirmar que os camponeses também podem se inserir na lógica do agronegócio, e muitos agricultores familiares e organizações históricas da classe camponesa passaram a acreditar que isso é possível. Esses elementos isolaram as políticas de reforma agrária, causando o abandono percebido nos dias atuais.

4.2. – As influências externas no campesinato brasileiro

Em relação à reflexão destas influências externas pretendo destacar algumas ideias principais. Entender a estratégia da União Europeia no que diz respeito à agricultura, no sentido de conhecer algumas políticas do PAC (Política Agrícola Comum), e relacioná-los com as políticas aplicadas na agricultura brasileira. Pretendo relacionar essas discussões com o contexto atual brasileiro e fazer uma análise dos elementos apresentados, seus limites e suas perspectivas na totalidade das lutas populares no campo brasileiro.

As políticas da União Europeias implementadas para garantir o controle de grande parte da agricultura mundial tem influenciado o desenvolvimento do agronegócio brasileiro e junto com esse desenvolvimento trouxe também várias consequências para o campesinato. Seu poder de influenciar nossa produção se deu a partir de sua influência nas políticas agrárias e nas políticas da Organização Mundial do Comércio – OMC.

A União Europeia construiu e se baseou nas decisões do PAC, definiram e estabeleceram linhas para a agricultura na Europa a partir de objetivos claros, como aumentar a produtividade em todo seu território para manter uma boa renda aos agricultores com preços baixos para os consumidores, trazendo segurança no abastecimento de alimentos em todo continente europeu e com isso garantirem o mercado de alimentos estabilizados. É importante destacar os princípios que norteiam sua construção como bloco econômico, da preferência comunitária, complementando com a solidariedade financeira e com a unidade de mercados.

Pode-se destacar ou levantar a hipótese de que a comunidade europeia se fortaleceu porque construiu e consolidou alguns princípios estratégicos em seu desenvolvimento econômico geral e principalmente agrícola.

O PAC destaca-se dentro das políticas agrárias e rurais como instrumento para o

fortalecimento econômico e político do modelo capitalista. Desde 1992 quando se definiu em adaptar a agricultura europeia a mundialização da economia, dentro do livre comércio claramente se estabeleceu regras que protegiam os países centrais europeus e investiam milhões de recursos públicos para proteger sua economia agrícola (e no continente latino americano os camponeses pobres eram obrigados a abandonar a agricultura).

O modelo agrário global sofre a influência da União Europeia baseando suas ações sobre o desenvolvimento sustentável ampliando para o campo do setor de serviços dando a este espaço uma multifuncionalidade. Este modelo tende a influenciar nas políticas dos demais países europeus e também nos países latino americanos.

O esforço em construir uma agricultura com respeito à natureza tem uma grande importância para o futuro, pois desenvolve uma consciência na sociedade de preservar e não destruir. Essa tentativa de construir uma relação harmoniosa não se mantém dentro do modelo capitalista, pois o capitalismo por sua natureza precisa explorar as riquezas naturais para manter uma taxa de lucro maior, a fim de aumentar seu lucro de forma mais rápida. A lógica e/ou natureza do capital como modo de produção é produzir e acumular mediante a exploração do trabalho que se consolida com a dominação de uma classe sobre a outra. O capitalismo assume um discurso ambientalista, ecologista, mas na prática utiliza os recursos naturais de forma irracional, poluindo, destruindo e expulsando os povos de seus territórios, também se apropriando e controlando toda a rede turística no mundo. A lógica capitalista na sua aparência está vinculada ao discurso de preservar e integrar a agricultura familiar, mas na realidade deterioram a renda agrária e inviabilizam a pequena agricultura.

Nas últimas decisões do PAC as políticas foram se aproximando cada vez mais da lógica das empresas capitalistas e suas linhas de ação foram se definindo no sentido de reduzir os custos dos gastos agrícolas, diminuindo as ajudas aos agricultores familiares trazendo grandes prejuízos na produção de alimentos da pequena agricultura, essa decisão está vinculada a lógica neoliberal fortemente praticada nos últimos tempos em investir nas grandes empresas agrícolas que produzem ou importam os alimentos, industrializam e comercializam quase sempre financiados pelos Estados, mas regulados pelo mercado.

As políticas implementadas nos países europeus tiveram uma influência direta nos países subdesenvolvidos, principalmente na agricultura brasileira, priorizando o agronegócio e prejudicando os pequenos agricultores.

Percebe-se uma prioridade ao mercado agroexportador brasileiro, esse modelo tem altos investimentos públicos e a produção é voltada para a exportação, os maiores exemplos são a soja, a cana de açúcar, o gado e a celulose. O Brasil, nesse contexto, da divisão internacional do trabalho, por suas características geografias, busca produzir e explorar matérias-primas para atender as demandas dos países centrais, principalmente a União Europeia e os Estados Unidos da América e no último período outros países do BRICS (Grupo de países em desenvolvimento: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Nesse sentido a agroindústria brasileira foi submetida às necessidades das grandes empresas transnacionais do setor alimentício que exercem controle na industrialização, comercialização e distribuição de toda cadeia alimentar. As grandes empresas brasileiras e transnacionais recebem milhões dos cofres públicos para investir em tecnologias com intuito de aumentar sua produção e conseqüentemente fortalecer o mundo rural globalmente competitivo, ou seja, uma minoria do mundo concentrando muitas riquezas em todo planeta. A natureza do capitalismo em qualquer espaço de atuação baseia-se na exploração e na destruição do meio ambiente e da vida, portanto não levam em conta os impactos econômicos, geográficos, sociais, culturais e ambientais, o lucro é a grande meta. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

No Brasil o modelo agro exportar está fortalecido por altos investimentos públicos, afetando diretamente os agricultores familiares, camponeses e assentados, mesmo com tantas lutas de resistência, somos atacados em todos os momentos. Essa situação tem uma relação intrínseca com as políticas do PAC e comunidade europeia, pois, em um primeiro momento os governos “progressistas” brasileiros tem como referência a social democracia europeia como forma de melhoria de vida da população e em um segundo momento as políticas agrárias brasileiras visam atender as demandas dos países centrais, priorizando a produção de produtos para exportação e não apenas para atender o mercado interno brasileiro.

Nesse contexto histórico, a tendência é de encolhimento da tradicional agricultura familiar com base na economia local, pois o baixo nível de capitalização desses sujeitos, mesmo aqueles que se inserem ao agronegócio não poderão resistir e concorrer com os grandes produtores integrados às grandes empresas transnacionais. Parte desse público vem se inserindo nas políticas orientadas pela União Europeia e impulsionadas pelo governo brasileiro investindo no ecoturismo, no desenvolvimento sustentável, apostando nessas saídas para manter os agricultores no campo.

Para manter os camponeses em suas terras, o governo brasileiro aposta em políticas compensatórias como bolsa família, inclusive alguns programas de crédito, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, investimento e custeio, exemplo: Pronaf mulher, Pronaf jovens, Pronaf floresta, mas também existem alguns outros programas para investimentos nas diversas áreas. Percebe-se que são algumas famílias que conseguem acessar esses créditos, a maioria delas sequer sabem da existência deles e outros pela burocracia não conseguem se beneficiar. Esse encolhimento histórico reforça a tendência do mundo rural de subsistência frágil, onde os pequenos agricultores e assentados em sua maioria estão fora das políticas governamentais e sobrevivem abaixo da linha da pobreza.

Tanto o mundo rural que se encolhe como o mundo rural de subsistência que resiste, estão sujeitos as migrações em busca de trabalho e renda. Em muitos casos existe um processo de assalariamento rural e proletarização tanto no campo como nas pequenas cidades, os trabalhadores saem de suas terras para se tornarem mercadoria, vendem sua força de trabalho em troca de um pequeno salário, em vários assentamentos de reforma agrária trabalhadores que saem de sua casa para buscar trabalho assalariado.

A relação que se estabelece entre trabalhar em sua terra, em sua propriedade e trabalhar para um patrão influencia diretamente a forma de pensar do camponês. Essa relação se explica entendendo o movimento histórico que é dinâmico e contraditório, não está isolado, o mundo do trabalho seja no campo, na fábrica ou em outros territórios está sempre se metamorfoseando. Conhecer a realidade e suas contradições exige uma noção da totalidade capitalista, caso contrário, corremos o risco de ter uma análise parcial e não entender a complexidade da história.

A grande maioria do campesinato, da agricultura familiar e da reforma agrária não tem espaço no modo e produção capitalista. A história é um processo contínuo que evolui em suas formas e conteúdos. O esforço que devemos fazer é perceber o movimento real do concreto e como sujeitos em movimento constroem outra história.

COSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da proletarização dos camponeses é inevitável com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Proletarização de duas formas: assalariamento rural e nas grandes cidades. De certa forma compreendi que a grande maioria da proletarização dos Sem Terra do Contestado não é assalariamento rural, mas é proletarização urbana, ou êxodo rural, os sujeitos não querem viver no campo. Das 108 famílias 43 deixaram o assentamento, com a juventude não é diferente, em um total de 52 jovens 34 também foram tentar a sorte nas cidades.

O Sem Terra como sujeito político, “se camponês e se proletário”, é um movimento real nos assentamentos. Das famílias que deixaram o Contestado, algumas foram para outros acampamentos e parte da juventude também regressou para a comunidade, voltando a viver com os pais, por dois motivos; principalmente pela melhoria da renda familiar na produção de morango convencional e pela organização do esporte e lazer no assentamento. Portanto, “se camponês e se proletário” também se percebe na realidade, no Contestado com uma parcela menor, mas existente.

Os novos assentamentos devem ser organizados levando em consideração o trabalho assalariado e o processo de proletarização dos camponeses. Creio que esse vai ser um dos principais desafios do MST no próximo período, entender que as características dos Sem Terra não são mais puramente camponesas, são muito mais diversificadas, urbanizadas. Então, se camponês e se proletário é um movimento na consciência dos sujeitos que precisamos ficar atentos para o acúmulo de forças para a classe trabalhadora.

A falta de renda e lazer são fatores estratégicos para serem resolvidos nos assentamentos, pois são os dois principais elementos que esvaziam os assentamentos e também as comunidades camponesas. Esses fatores são evidentes no campo brasileiro, pois os sujeitos não querem mais ficar em lugares onde seu trabalho não seja valorizado, famílias com renda baixa se desestruturam e os jovens acabam se assalariando, deixando a casa dos pais e buscando a sorte em outros lugares, e a conjuntura atual facilita esse processo. Outro fator que se percebe nos assentamentos e nas comunidades camponesas é a desestruturação das comunidades e dos espaços de lazer, o ser humano precisa de outros seres humanos para viver, no campo isso são valores que mantém a comunidade. Onde não existem espaços para os sujeitos se encontrarem, espaços de lazer, de festas, de esporte, o que ocorre é a busca fora da comunidade.

Também merecem uma consideração importante ao concluir esse trabalho as leituras dos clássicos. Esses devem ser considerados como elementos históricos fundamentais nos processos de reflexão, mas precisamos levar em conta que hoje a história é outra, os sujeitos são outros. Precisamos ter a capacidade de reelaborar, de rever nossos conceitos ou de atualizar, de fazer outras leituras que possibilitem interpretar melhor nossa realidade para que coletivamente possamos acumular forças para a classe trabalhadora.

Durante esse processo de estudo e pesquisa percebi que a Classe Trabalhadora e o conceito de classe trabalhadora precisam ser ampliados, construídos nas relações políticas de todos os trabalhadores, pois estes têm uma empatia nessa perspectiva, embora entidades históricas que representam esses trabalhadores em suas diversas categorias mantêm uma noção fechada somente em sua pauta específica. Portanto, a sociedade atual precisa de outras organizações que possam aglutinar forças de todos aqueles que vivem de seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela (2009) **As Teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

BERBEROGLU y PETRAS. Classe, estado e desenvolvimento. In. VELTMEYER, H. (org). **Herramientas para el cambio: manual para los estudios críticos del desarrollo**. Universidad Mayor de San Andres: Plural Editores. 419 p. 2011.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Horácio. Martins. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do Desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

CHAYANOV, V. A. **La organización de la unidad económica campesina**. Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONTE, Isaura. Soberania alimentar: Compreensão e ação na luta Camponesa. In: Coordenadoria latino americana de organizações camponesas - CLOC – VIA CAMPESINA. **Coletânea de Textos. Escola de Mulheres do Cone Sul**, 2010, p. 03-18.

DESER – **Departamento de estudos sócio-econômicos rurais. Plano de desenvolvimento do assentamento contestado** – Lapa – Paraná. Curitiba: Deser, 2001.

EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. John Bellamy (orgs.). **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FEDER, E. **Campesinistas y descampesinistas**. Comercio exterior, vol. 27. 12, México, diciembre de 1977, pp. 1439-1446.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

_____. Entrando nos territórios do território In: **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

_____. Sobre a Tipologia dos Territórios In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera – Ano 8,

N. 6 – Janeiro/Junho 2005.

GARCIA Linera, Alvaro. 2001. **Multitud y comunidad. La insurgencia social en Bolivia**. En publicacion: Chiapas, no. 11. IIEC, Instituto de Investigaciones Economicas, UNAM, Universidad Nacional Autonoma de Mexico, DF, Mexico.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HEREDIA, B. PALMEIRA, M. S, P, LEITE. **Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais -RBCS - VOL. 25 N° 74 pg. 160- 176. outubro 2010.

KAY Cristóbal. **Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal ¿una nueva ruralidad?** Sociología Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales. Revista Mexicana de Sociología 71, n. 04 (octubre-diciembre, 2009).

_____**Pobreza rural en América Latina: teorías y estrategias de desarrollo**. Revista Mexicana de Sociología 69, num. 1 (enero-marzo, 2007): 69-108. México, 2007.

KAUTSKI, K. **A Questão agrária. Apresentação de Moniz Bandeira**. Gráfica Editora Laemmert S.A, RJ, 1968.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto: tradução de Célia Neves e Aderico Toríbio**, 2ª ed. RJ 1976, Editora Paz e Terra. 7ª ed.

LENIN, V. L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Volume I e II. Tradução de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. Editora Nova Cultural, 3. Ed. São Paulo, 1988. Os economistas.

_____**La alianza de la clase obrera y el campesinado**. Buenos Aires, 1960.

_____**Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura: Apresentação Wladimir Pomar**, São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

LUKACS, Georg. **História e consciência de classe**. Publicações Escorpião, Porto, 1974.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política. Volume I – Livro Primeiro. O processo de produção do capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R Kothe.

Editora Nova Cultura, SP, 1988.

_____**MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política.** Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Volume VI, livro terceiro: o processo global de produção capitalista.

_____**O 18 de Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Moraes, 1987.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Ed. Vozes, 1981, RJ.

_____**O Cativo da Terra.** 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **O Cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: A Contribuição de James C. Scott.** Raízes 21(1): 32-44.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico. O socialismo do século XXI.** (tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim). São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. B.H, Editora UFMG, 2003.

_____**Historias locales; disenos globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** “Os estudos subalternos são pós-modernos ou pós-coloniais?” p. 239-294. 1 edição, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001. - Caminhos da Geografia.

OTERO, G. **¿Adiós al campesinado? Democracia y formación política de las clases en el México rural.** México: Miguel Ángel Porrúa Editor, 2004.

PORTES, Alejandro. HOFFMAN, Kelly. **Las estructuras de clase em América Latina: composición y cambios durante la época neoliberal.** División de Desarrollo Social. Serie Políticas Sociales Cepal, Santiago de Chile, 2003.

RAYMOND, Williams. **Teoría cultural.** Publicado na revista marxismo y literatura, Península, Barcelona, 1980.

SADER, Emir. El desafio teórico de la izquierda latino americana. Orfandad de la estrategia. In: **Movimientos Sociales II: Alternativas y desafios.** Colección Deslinde n. 5. Mx, 2010.

SEGRELLES, Serano José Antonio. **La distribución agroalimentaria y su influencia em la pobreza campesina.** (Artículo publicado en Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. XIV, nº 325, 26 p. ISSN: 1138-9788; Departamento de Geografía Humana. Universidad de Barcelona.

_____**Problemas y posibilidades de los espacios rurales em la actuqalidad.** Departamento de Geografia humana, Universidad de Alicante.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In **Campesinato e Territórios em Disputa**. Org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SEMA – Secretária Estadual de Meio Ambiente. **Plano de manejo área de proteção ambiental da Escarpa Devoniana**. Curitiba: SEMA; IAP, 2004.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUSA, D, Raimunda. CONCEIÇÃO, R, Alexandrina. Revista Pegada – vol. 11 n.1 74 junho/2010.

STÉDILE, João Pedro. Reflexões sobre as tendências do capital na agricultura. In: Coordenadoria latino americana de organizações camponesas - CLOC – VIA CAMPESINA. **Coletânea de Textos. Escola de Mulheres do Cone Sul**, 2010, p. 35-52.

THOMAZ, JUNIOR, A. **Por uma geografia do trabalho**. IV Cólóquio internacional de Geocrítica, Barcelona, 2002c, disponível em: WWW.ub.es/gecrit/c4-athoj.htm

_____**Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. Geografia e trabalho no século XX**. Volume II. Presidente Prudente, 2006.

_____**A (des)ordem societal e territorial do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica)**. In: MARQUES, M. I. ; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela/Paz e Terra, 2004b. São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004. p.71-85.

_____**Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____**Sinal dos tempos do Capital: Irreformabilidade e emancipação!** In: ALVES, J.; PONTE, K. F.; THOMAZ JUNIOR, A. (orgs.). (Volume VI). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2011. p.5-28.

_____**Os desafios rumo a um projeto para o brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas)**. São Paulo, Revista da ANPEGE, V.7, N° 1, 2011. p. 307-329.

_____**O Tecido Social do Trabalho, a Produção de Alimentos x Agronegócio e a Luta de Classes num Ambiente de Embates e Debates**. In: **O Averso do Trabalho III**. NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____**Movimento Territorial de Classe (Para além da Plasticidade Trabalho)**. **Revista Pegada**, V 13. N°1, 2012. Presidente Prudente, SP.

_____. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. pp.325-340.

_____. THOMAZ JUNIOR, A. Emergências Teóricas e o Movimento Despercebido/Negado da Plasticidade do Trabalho no Processo Metabólico de (Des)Pertencimento de Classe. In: **O Averso do Trabalho III**. NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2013. (ISBN: 978-85-64421-41-7). pp.367-393.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. Ed. Paz e Terra, 4ª ed.RJ, 1990. lda, Lisboa 1976.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

VELTMEYER, H. “La dinámica de las ocupaciones de tierras em América Latina”. **recuperando la tierra. el resurgimiento de movimientos rurales em África, Asia y América Latina**. Sam Moyo y Paris Yeros (coord.) Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

_____. “La crisis y América Latina,” **Problemas del desarrollo**. Vol. 41, núm. 160, enero-marzo (2010) p. 13-38.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ZIBECHI, Raúl (2003) “Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos” en revista OSAL – Observatorio Social de América Latina No 9, CLACSO, Buenos Aires.